

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS – PMMA

CHRISTIAN FEITOSA RIBEIRO

POLÍCIA COMUNITÁRIA E O DECRÉSCIMO DA CRIMINALIDADE: análise da
atuação da 2º USC no Bairro COHEB em São Luís nos anos de 2016 e 2017.

São Luís
2018

CHRISTIAN FEITOSA RIBEIRO

POLÍCIA COMUNITÁRIA E O DECRÉSCIMO DA CRIMINALIDADE: análise da atuação da 2ª USC no Bairro COHEB em São Luís nos anos de 2016 e 2017.

Monografia apresentada ao Curso de Formação de Oficiais da Universidade Estadual do Maranhão para a obtenção do grau de Bacharel em Segurança Pública.

Orientador: Major QOPM Raimundo Mulundú Martins Serra Junior

São Luís

2018

Ribeiro, Christian Feitosa.

Polícia Comunitária e o Decréscimo da Criminalidade: análise da atuação da 2ª USC no bairro da COHEB em São Luís nos anos 2016 e 2017 / Christian Feitosa Ribeiro. – São Luís, 2018.

80 f.

Monografia (Graduação) – Curso de Formação de Oficiais - PMMA, Universidade Estadual do Maranhão, 2018.

Orientador: Major QOPM Raimundo Mulundu Martins Serra Júnior.

1. Policiamento comunitário. 2. Comunidade. 3. Segurança Pública.
I. Título.

CDU 351.745(812.1)

CHRISTIAN FEITOSA RIBEIRO

POLÍCIA COMUNITÁRIA E O DECRÉSCIMO DA CRIMINALIDADE: análise da atuação da 2ª USC no Bairro COHEB em São Luís nos anos de 2016 e 2017.

Monografia apresentada ao Curso de Formação de Oficiais da Universidade Estadual do Maranhão para a obtenção do grau de Bacharel em Segurança Pública.

Orientador: Major QOPM Raimundo Mulundú Martins Serra Junior

Aprovado em: ____ / ____ / _____

BANCA EXAMINADORA

Major QOPM Raimundo Mulundú Martins Serra Junior (Orientador)

Polícia Militar do Maranhão

Ten. Cel. QOPM Ivan Carlos Góis Ribeiro (1º Examinador)

Polícia Militar do Maranhão

Prof. Me. José Antônio Ribeiro de Carvalho (2º Examinador)

Universidade Estadual do Maranhão

A Deus, por me conceder os desafios necessários, força, coragem e sabedoria para que eu pudesse supera-los. À minha família por sempre acreditar no meu potencial e a Alca uma das mais lindas formas de amor, e que me inspira até hoje. Aos meus amigos mais que irmãos que foram incentivadores deste sonho que se materializou a cada dificuldade enfrentada e vitória conquistada. Que Deus abençoe todos nós, não por merecermos, mas porque sua misericórdia dura para sempre.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelas bênçãos e oportunidades concedidas a mim, em poder conquistar mais uma grande vitória na vida.

Aos meus pais, Gilberto, Marizia e Debora, pelo apoio, força e amor incondicional. Sem vocês a realização desse sonho não seria possível.

Gostaria de agradecer minha família, especialmente meu Pai Gilberto, que fez de tudo para tornar os momentos difíceis mais brandos.

Obrigado, ao meu irmão Gil “in memoria”, irmão querido, por sempre ter acreditado em mim.

Deixo aqui um agradecimento especial à minha mãe Marizia, que sempre foi o meu maior exemplo de luta e determinação nessa vida.

À Alca uma das mais lindas formas de amor que já conheci e da qual nunca esquecerei.

A minha namorada Juliana por ser companheira, amiga, motivadora, por sempre me apoiar nos momentos difíceis e por fim ser uma das minhas bases de sustentação.

A toda minha família, primos, tios, tias sobrinhos e irmã, que sempre acreditaram no meu potencial e foram essências na minha construção humana.

Ao meu orientador, Major Serra, que acreditou em mim, e no meu trabalho, me dando sempre o Norte para a melhor construção desta pesquisa.

Aos amigos que Junnildo, Clesio e Aziz que foram testemunhas antes mesmo de entrar no CFO, e aos que adquirir durante o Curso de Formação de Oficiais,

E a todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para a realização do estudo.

“Não confunda derrotas com fracasso nem vitórias com sucesso. Na vida de um campeão sempre haverá algumas derrotas, assim como na vida de um perdedor sempre haverá vitórias. A diferença é que, enquanto os campeões crescem nas derrotas, os perdedores se acomodam nas vitórias”.

Roberto Shinyashiki

RESUMO

A presente monografia tem como objetivo analisar a atuação da 2ª Unidade de Segurança Comunitária no Bairro COHEB em São Luís nos anos de 2016 e 2017. O policiamento comunitário corresponde a uma nova filosofia que forma um conjunto de estratégias para reafirmar o conceito de “polícia cidadã”, propondo uma aproximação entre polícia e comunidade para juntos identificarem os problemas locais, hierarquizando tais problemas e desenvolvimento de um trabalho de prevenção direcionada à manutenção da ordem pública. A criminalidade é um problema social que tem preocupado a sociedade e o Estado tem buscado por soluções que possam combatê-la. Para alcançar o objetivo desse estudo, a metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica do tipo qualitativa exploratória por meio de entrevistas para obter dados e medidas precisas sobre o tema. A sustentação da ordem pública com a participação da sociedade é um anúncio de que existe a necessidade de integração entre cidadania e Segurança Pública, isso ocorre quando a comunidade pode acompanhar e auxiliar o trabalho da polícia bem de perto. A palavra chave de sustentação do trabalho do policiamento comunitário é a prevenção, base importante para a implantação desta nova filosofia. Portanto, o trabalho proativo da Polícia Comunitária na resolução de problemas atípicos à sua atuação reflete em um avanço expressivo na prevenção e redução da criminalidade no Bairro da COHEB, afetando diretamente o campo da Segurança Pública frente à comunidade local.

Palavras-chave: Policiamento Comunitário. Comunidade. Segurança Pública.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze the performance of the 2nd Corps Community safety in the COHEB Neighborhood in São Luís in 2016 and 2017. Community policing is a philosophy that form a set of strategies to reaffirm the concept of "citizen police", proposing a rapprochement between police and community together to identify local problems, tiering such problems and developing prevention work directed to the maintenance of public order. Crime is a social problem that has worried the society and the State has sought for solutions that can fight it. To achieve the aim of this study, the methodology used was bibliographical research of type exploratory qualitative interviews to gather data and precise measurements on the topic. The support of public policy with the participation of the society is an announcement that there is a need for integration between Public Security and citizenship, this occurs when the community can follow and assist the police work closely. The key word to support the work of community policing, prevention is an important basis for the implementation of this new philosophy. Therefore, the proactive Community police work in solving problems to your performance reflects in atypical an expressive advance in preventing and reducing crime in the neighborhood of COHEB, directly affecting the public safety field facing the community site.

Keywords: Community Policing. Community. Public Safety.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Índices de criminalidade na região de atuação da 2º USC, São Luís – MA.....	64
--	----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Instalações da USC Bom Jesus / Coroadinho	34
Figura 2 – Organograma hierárquico administrativo 2ª USC.....	35
Figura 3 – Área de atuação	36
Figura 4 – Primeira reunião comunitária na COHEB em agosto de 2016	36

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Comparativo entre a Polícia Tradicional e Polícia Comunitária	29
Quadro 2 Indicativos de Homicídios	59
Quadro 3 Indicativos de Apreensão de Arma de Fogo.....	60
Quadro 4 Indicativos de Tráfico de Entorpecentes.....	61
Quadro 5 Indicativos de Veículos Roubados Localizados/Recuperados	62
Quadro 6 Indicativos da criminalidade no bairro da COHEB.....	64
Quadro 7 Comparativo entre os anos de 2014 e 2016.....	64

LISTA DE ABREVIATURAS

CAOPCEAP	Centro de Apoio Operacional do Controle Externo da Atividade Policial
CCSP	Conselhos Comunitários de Segurança Pública
CFO	Curso de Formação de Oficiais
COHEB	Companhia Hidroelétrica da Boa Esperança
CPAM	Comando de Policiamento de Área Metropolitana
CPE	Comando de Policiamento Especializado
CSC	Comando de Segurança Comunitária
CVLI	Crimes Violentos Letais e Intencionais
MA	Maranhão
PMMA	Polícia Militar do Maranhão
QOPM	Quadro de Oficiais Policiais Militares
SIGO	Sistema Integrado de Gestão Operacional
SSPMA	Secretaria de Segurança Pública do Maranhão
UEMA	Universidade Estadual do Maranhão
USC	Unidade de Segurança Comunitária

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	ATUAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO MARANHÃO	16
2.1	Percurso Histórico	16
2.2	O ofício da Polícia Militar	17
3	NATUREZA DA CRIMINALIDADE NO MARANHÃO	19
3.1	Origem e evolução da criminalidade.....	19
3.2	Criminalidade no Maranhão	22
3.3	Criminalidade e Comunidade.....	24
4	ATUAÇÃO DA POLÍCIA COMUNITÁRIA NO COMBATE A VIOLÊNCIA.....	27
4.1	Conceitos.....	27
4.2	Polícia Comunitária versus Polícia tradicional	29
4.3	Policciamento Comunitário pelo Brasil	31
4.4	Atuação das Unidades de Segurança Comunitária (USC)	32
4.5	Participação das USC no planejamento estratégico do CSC.....	34
4.6	A comunidade assistida pela Polícia Militar comunitária no Bairro da COHEB	35
4.7	A atuação da polícia comunitária frente à desconfiança da comunidade ...	40
5	METODOLOGIA.....	42
6	ANÁLISE DOS DADOS.....	44
6.1	Entrevista com autoridades da USC do Bairro da COHEB	44
6.2	Entrevista com o Comandante do CPAM-02	50
6.3	Entrevista com Moradores	53
6.4	Indicadores quantitativos a partir da intervenção	59
7	CONCLUSÃO.....	67
	REFERÊNCIAS	69
	APÊNDICES	74

1 INTRODUÇÃO

Esta monografia teve como objetivo analisar a atuação da 2ª USC no Bairro COHEB em São Luís nos anos de 2016 e 2017. A Polícia Comunitária é uma temática que tem chamado a atenção da sociedade, por sua forma de atuação e filosofia na prestação de serviços de Segurança Pública diante das problemáticas que são predominantes nas comunidades em todo o país.

A proposta de combate à criminalidade com base na filosofia do policiamento comunitário é inovadora, diante de um processo constante de transformação vivenciada pela sociedade que necessita de um olhar diferenciado no que tange a atuação da criminalidade. A relação comunidade e polícia historicamente não é estreita, porém essa realidade está mudando, principalmente no sentido de que a confiança entre ambos vem sendo construída por meio da atuação do policiamento comunitário.

O policiamento comunitário ou a polícia cidadã tem como pressupostos: a descentralização do comando, o que permite que o policial possa atuar com tomada de decisões que sejam compatíveis com as necessidades da comunidade em que está inserido, permitindo também que oficiais e supervisores da polícia participem da patrulha comunitária; maior liberdade para estabelecer proximidade na relação com a comunidade, o que significa que o policial poderá ser mais próximo dos moradores, estabelecendo parcerias, o que vem a facilitar a identificação dos principais problemas locais. A identificação da realidade do crime na comunidade significa que a polícia poderá estabelecer uma hierarquia desses problemas e desenvolver estratégias de prevenção direcionada para cada particularidade apresentada.

O modelo de policiamento comunitário surge com o objetivo de resgatar a relação da polícia com a sociedade, promovendo uma integração entre Segurança Pública e cidadania, para sustentar a ordem pública, onde a comunidade passa a ser uma ferramenta que contribui para o controle dos serviços ali prestados. Muitos dos problemas que surgem na comunidade vão além do crime, envolvem transtornos, briga entre vizinhos, problemas com drogas, depredação de patrimônio, e demais situações que venham trazer desconforto e insegurança no bairro. Para a implantação do projeto, os policiais passam por cursos onde aprendem a serem os

gestores de seus pontos de atuação, capacitando-os para se aproximarem das pessoas na comunidade.

No Maranhão, o policiamento comunitário atua com o formato conhecido como USC que são as Unidades de Segurança Comunitárias e que integram os órgãos da Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP-MA). Atuam nas ruas com a realização de abordagens, rondas e blitz nos polos Coroadinho e Vila Luizão, abrangendo aproximadamente 40 bairros no entorno, o que alcança um número de 120 mil habitantes.

A USC vem se destacando no aspecto de proximidade com a comunidade, pois o lema que rege o trabalho das equipes é 'união e parceria', em busca de um tratamento humanitário, influenciando positivamente as ações das unidades, com bases instaladas na área central dos bairros e abertas à comunidade 24 horas por dia.

Os resultados almejados nesse tipo de abordagem é a redução da criminalidade, das ocorrências, para uma população mais tranquila e que sinta mais segura, não trabalhando em busca de números que representem tais resultados, mas sim para melhorar a qualidade de vida da comunidade.

É importante pesquisar e avaliar o policiamento comunitário, por ser uma inovação que rompe com o modelo tradicional de atuação da Polícia Militar, o que motiva iniciativas para uma reforma institucional, de ideias e de estratégias que já vem acontecendo em diversas partes do mundo, com a preocupação de desenvolver estudos sobre a atividade policial, sua filosofia e organização.

A presente pesquisa, portanto, anseia por verificar se as ações da polícia comunitária propiciam o combate à criminalidade no bairro da COHEB, bem como averiguar se houve redução dos atos ilícitos e melhorias para a qualidade de vida dos moradores. Partiu-se do pressuposto de que quando há um Policiamento Comunitário bem instituído e aceito pela comunidade possibilita mais segurança para a mesma, assim como promove o seu bem-estar, o que levou à seguinte questão: As ações da polícia comunitária propiciam o combate à criminalidade no bairro da COHEB na cidade de São Luís-MA?

No contexto da atuação da Polícia Militar no Estado do Maranhão, buscou-se o conhecimento sobre como essa inovação tem feito diferença nas comunidades onde foram implantadas, com foco no Bairro COHEB, na capital São Luís. Para tanto, foi feito a princípio um levantamento bibliográfico, partindo do

entendimento sobre o que é e como funciona a cultura organizacional da Polícia Militar no Maranhão e em seguida, fez-se uma pesquisa exploratória através de entrevistas, tendo em vista um estudo mais aprofundado acerca do tema.

Para melhor entendimento deste estudo, o trabalho se deu por meio da seguinte estrutura: A introdução, onde foram feitas as primeiras considerações sobre a temática. No capítulo seguinte realizou-se uma abordagem sobre a Polícia Militar e sua atuação no Estado do Maranhão, seu contexto histórico e um estudo sobre o ofício de polícia.

No segundo capítulo tratou-se da natureza da criminalidade no Maranhão, citando dados importantes sobre os crimes que mais estão presentes, sua origem e evolução, destacando a criminalidade também na capital São Luís, e finalizando com informações que ajudem a compreender a relação entre criminalidade e comunidade.

Quanto ao terceiro capítulo, buscou o estudo sobre a atuação da Polícia Comunitária no combate a violência, os conceitos mais importantes, a diferenciação entre Polícia Comunitária e Polícia tradicional. Também foi exposto a atuação das Unidades de Segurança Comunitária (USC), a participação da USC no planejamento estratégico do CSC, o conhecimento sobre a comunidade do Bairro da COHEB e como a polícia comunitária age com relação à desconfiança da Comunidade.

No quarto capítulo, a metodologia apresentada os métodos e materiais que foram utilizados para a composição deste trabalho. No capítulo seguinte, foram apresentados os resultados da pesquisa feita através de entrevistas e indicadores qualitativos referentes à atuação da polícia comunitária no bairro da COHEB e a análise com base nessas informações. No último capítulo apresentam-se as considerações finais, elencando as principais conclusões desta pesquisa.

2 ATUAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO MARANHÃO

A polícia é um órgão do governo que atua em todos os países organizados politicamente, com a função de prevenção e manutenção da ordem pública ou a repressão por meio da força, isto é, como forma de controle social. No contexto das leis aplicadas no Estado Democrático de Direito vigente no ordenamento jurídico brasileiro, a Polícia Militar tem amparo legal na Constituição Federal de 1988, no art. 144, que dispõe sobre Segurança Pública e demais órgãos que a compõem. No mesmo artigo em seu caput, no inciso V, cita as polícias militares.

No § 5º do art. 144 encontra-se a definição da missão constitucional da Polícia Militar:

Art. 144. A Segurança Pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I - polícia federal;

II - polícia rodoviária federal;

III - polícia ferroviária federal;

IV - polícias civis;

V - polícias militares e corpos de bombeiros militares (...)

§ 5º Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil. (BRASIL, 1988)

É importante compreender o conceito de segurança, Marcineiro (2009, p. 34) explica que segurança é “identificar pessoas e locais de risco e fazer patrulha em lugares de risco para aplicar ações e prender pessoas que causam risco”. O profissional de Segurança Pública deverá ter o perfil adequado para identificar os riscos e aplicar as técnicas necessárias para repressão das ações dos criminosos. A polícia surge então, para garantir a execução das normas de conduta social nas comunidades, garantindo as liberdades individuais, porém, as restringindo quando estiver em voga o bem-estar da comunidade.

2.1 Percurso Histórico

A Polícia Militar do Estado do Maranhão foi criada por meio de Lei Provincial no ano de 1836, denominada de "Corpo de Polícia da Província do

Maranhão", originalmente formada com 412 policiais efetivos e presente principalmente na Capital. Com o passar do tempo, recebeu várias denominações, sendo chamada de Corpo de Segurança Pública, Infantaria, Batalhão Policial do Estado, entre outros. No ano de 1915 passou a se chamar Polícia Militar do Maranhão. (WEBA, 2017)

O Código de Processo Penal, de 1832, tratava sobre as forças repressivas, e delegou ao município a competência para nomear a polícia eletiva ou Polícia Civil, ampliando suas funções, somado ao processo do Coronelismo, que exerciam controle sobre a nomeação dos Chefes de Polícia. (FERNANDES, 2007)

A instituição possui 182 anos de existência, sempre com uma composição diversificada, porém com o mesmo objetivo. A princípio, o ingresso se dava pelo alistamento voluntário, no entanto, se ao fim do mês após ser aberto o período de alistamento, não houvesse concorrido número suficiente de voluntários para levar o corpo ao seu estado completo, o Presidente da província providenciaria o recrutamento forçado. (MARANHÃO, 2006)

No Maranhão, a polícia não se desviou do propósito instituído pela Constituição Federal de 1988 e segue atuando como força reserva e auxiliar do Exército Brasileiro, objetivando manter a ordem pública, que é função específica de Polícia Militar, com atuação ostensiva e garantidora da incolumidade das pessoas. (TEIXEIRA, 2016)

2.2 O ofício da Polícia Militar

A população policial aumentou gradativamente com os anos, na tentativa de acompanhar o crescimento demográfico. Inaugurada com um corpo formado por 412 militares. (MARANHÃO, 2006) A PMMA, em 2014, alcançou um efetivo composto por 7,709 policiais militares ativos, como consta na pesquisa do IBGE (2015).

Com o gradual declínio da autoridade privada no âmbito da justiça e Segurança Pública, que a noção de polícia surge e ganha seus aspectos de "polícia moderna". Tal transformação é mais perceptível a partir dos séculos XVIII e XIX, quando há uma maior sistematização, no que tange aos aparatos de segurança, principalmente na França, Itália e Inglaterra, influenciando diretamente em seu ofício. (MAUCH, 2007)

Conforme Saporì (2007, p. 78), o aparato oficial e moderno de segurança é utilizado na contenção das chamadas “classes perigosas”, direcionado ao controle de possíveis distúrbios que colocam em risco a manutenção da ordem social. A princípio, o próprio termo polícia estava associado a toda atividade pública, daí o sentido de um Estado de Polícia, onde a administração e o ordenamento estatal eram entendidos como “função de polícia”. (COSTA, 2005)

Em sua estrutura atual, o Comando Geral da Corporação está subordinado administrativamente ao Governador do Estado, composto pelo Comando Geral, o Estado-Maior, é órgão de direção geral; diretorias, como órgãos de direção setorial; pela Ajudância Geral, órgão que atende as necessidades de material e pessoal no Comando Geral; também por comissões; assessorias; dos Comandos de Policiamento e as Unidades e Subunidades Operacionais (MARANHÃO, 2014)

Suas ações são regidas pela missão de “valorizar o policial militar e atender honrosamente às necessidades da comunidade, fornecendo serviços de Segurança Pública de alta qualidade, primando pela preservação da ordem pública no Estado do Maranhão”. Tem como missão:

Ser referência em Segurança Pública, caracterizada pela legalidade, competência, valorização, profissional, promoção da cidadania, tendo o compromisso de servir com excelência, proporcionado à sociedade maranhense a segurança necessária para a paz social. (MARANHÃO, 2014)

A polícia efetiva tem como meta eliminar as causas da violência, atuando de forma planejada em diversas áreas, desviando-se da problemática socioeconômica vivida no país. Uma polícia proativa representa a atuação nas causas que antecedem a violência, não apenas reagindo quando do ato ilícito, como também atuando nas consequências desta violência. Com a eliminação dos fatores geradores de violência, tem-se o alcance de melhorias na qualidade de vida da comunidade, o que alimenta a confiança da população em relação à polícia. (SILVA; VELOSO; BARBOSA, 2014)

3 NATUREZA DA CRIMINALIDADE NO MARANHÃO

O cenário da marginalização fomenta os desvios sociais, gerando conflitos, tensões e disputas, promovendo desníveis consideráveis entre as camadas sociais. A pobreza é um aspecto que por si só gera violência, porém, a desigualdade social aliada à injustiça social provoca no ser humano uma sensação de privação, de limitação, que em muitos casos o leva à violência. Este contexto demonstra que o aumento da criminalidade é resultado de um processo social, que no Brasil, pode-se entender como a ausência, mesmo que em meio a tantas leis, de processos normativos que busquem regulamentar a vida dos seres sociais. (KUJAWA, 2016)

3.1 Origem e evolução da criminalidade

A história da humanidade é marcada por conflitos entre grupos que fazem de suas diferenças religiosas, ideológicas, culturais, étnicas, econômicas ou políticas, um cerne para rivalidades inconciliáveis. Nota-se que muitos desses conflitos por vezes tinham por objetivo alcançar a paz. Esta busca pela paz é marcada por alianças e a união de indivíduos com interesses comuns e com o intuito de derrotar seus inimigos alcançando por fim a paz desejada e o convívio social harmônico. Entretanto, a partir do momento em que até então aliados passam a conviver juntos, naturalmente diferenças começam a surgir e novos conflitos sociais aparecem. (MARCINEIRO, 2009)

A criminalidade nos anos 70 foi de eventos contraditórios. Ao passo que relatos explicitam que a vida na cidade era mais tranquila, outros eventos demonstram um alto índice de violência, assaltos e outros crimes. Tal divergência demonstra certa dificuldade em obter informações precisas sobre os índices de criminalidade durante esse período da história do Brasil. (FERNANDES, 2007)

Consoante a isto, Langwinski (2011, p. 123) explica que o Estado Liberal criou os direitos de primeira geração que estão associados à condição do ser humano, de indivíduo, com foco no conteúdo civil e político, que existe a participação direta do Estado. A igualdade formal produzida pelo Estado Liberal foi superada pela igualdade material, que considera todas as pessoas iguais, mas de forma abstrata perante as leis, preocupando-se com a realidade de fato, protestando

por um tratamento desigual para as pessoas desiguais, para então proporcionar a igualdade formal.

Por meio dos direitos individuais, principalmente o direito à liberdade, foi construído os pilares para a fundamentação dos direitos sociais. Desta forma, os direitos de segunda geração formam um conteúdo voltado para o econômico e social, que almejam melhorar as condições de vida e trabalho dos indivíduos, exigindo do Estado uma atuação positiva em prol dos explorados, compreendendo, dentre outros, o direito ao trabalho, à saúde, ao lazer, à educação e à moradia. (SILVA. VELOSO; BARBOSA, 2014)

Nos últimos anos nota-se a partir de indicadores, que existe uma profunda desigualdade na distribuição das riquezas, isso tem se agravado com os casos de corrupção no país e a marginalização das economias emergentes. O crescimento da população colabora diretamente no desempenho econômico dos países em desenvolvimento, porém não tem acompanhado o crescimento da renda de forma adequada. (FARIAS JÚNIOR, 2008)

A violência pode se manifestar em diversas formas, segundo Maricato (2013, p. 45), o tipo mais hediondo de violência é contra a vida. Artigo 121 do Código Penal dispõe sobre este tipo de violência:

Matar alguém: Pena - reclusão, de seis a vinte anos.

§ 1º Se o agente comete o crime impellido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, o juiz pode reduzir a pena de um sexto a um terço. (BRASIL, 1940)

É reconhecido o fato que o aumento de crimes contra a vida é resultado do aumento da violência nos grandes centros urbanos. Conforme análise do IPEA, sobre a evolução dos homicídios em cada Estado da Federação, verificou-se que existem situações diferentes no período de 2005 a 2015, enquanto no Rio Grande do Norte, houve um aumento de +232,0% e em São Paulo - 44,3%, por exemplo. Os estados no Norte e Nordeste, nessa pesquisa apresentavam taxa de crescimento da violência superior a 100%, confirmando a hipótese que as regiões mais pobres do país são as mais vulneráveis à criminalidade. (IPEA, 2017)

De acordo com dados do Centro de Apoio Operacional ao Controle Externo da Atividade Policial (CAOP-CEAP), a localidade é um fator determinante sobre a violência urbana:

A criminalidade violenta aumenta geralmente em localidades irregulares, comunidades e bairros mais pobres das periferias urbanas, apresentam sérios problemas socioeconômicos, como também são áreas de baixa renda per capita, carentes de serviços públicos como escola, saneamento básico, serviços de saúde, habitação, transporte público e principalmente sentem a falta dos serviços de segurança. (Centro de Apoio Operacional do Controle Externo da Atividade Policial – MARANHÃO, 2015)

Tal fenômeno pode ser comparado ao conceito de anomia que trata do estado social de ausência de normas e regras, apresentado pelo sociólogo francês Emile Durkheim, que teorizou seu conceito em seus livros “a divisão do trabalho social” e “O suicídio”, onde assim se posiciona a respeito do tema: “Não obstante a nossa persistente ideologia de “mobilidade de classes”, o avanço em direção à meta do sucesso é relativamente raro e notadamente difícil para aqueles com pouca instrução, pouca educação formal e poucos recursos econômicos”. (MARICATO, 2013)

Para alcançar os objetivos da sociedade é necessário que as instituições funcionem de maneira mais efetiva e que os indivíduos convivam e concordem com as normas e regras sociais. Porém, existem as chamadas teorias do conflito, que pregam que o alcance da harmonia social só ocorre por meio de força e coerção, surgindo assim a Teoria das Janelas Quebradas. (CABETTE, 2011)

A Teoria das Janelas Quebradas surgiu após estudos de James Wilson e George Kelling, que apresentava a relação entre desordem e criminalidade. (PENTEADO FILHO, 2010). Por meio do experimento do psicólogo Philip Zimbardo, da Universidade Stanford, que deixou um carro em um bairro de classe alta e outro carro em um bairro violento (Estados Unidos), evidenciou que o carro colocado no bairro de classe alta permaneceu intacto por uma semana, enquanto o carro colocado no bairro violento foi totalmente destruído em apenas 30 minutos. Mas ao voltar no bairro de classe alta, o pesquisador quebrou uma das janelas do carro, conseqüentemente, o carro foi o de classe alta, com isso, o carro foi saqueado e destruído em poucas horas. (CABETTE, 2011)

Por meio desta pesquisa, o autor concluiu que, se uma janela é quebrada e não recebe conserto imediatamente, a população começa a pensar que não existe autoridade que se responsabilize pela ordem no local, assim, todas as outras janelas seriam destruídas, levando a um caos no espaço urbano, o que gera uma motivação para a criminalidade. Quando há um desequilíbrio na ordem, a sociedade passa a

ter um sentimento de impunidade, sensação de que os atos ilícitos não serão punidos, levando a outro sentimento: o de abandono do Estado.

3.2 Criminalidade no Maranhão

O Estado do Maranhão possui baixos indicadores sociais, estando entre os mais baixos do Brasil. Esse fato cria condições para o crescimento de toda espécie de crime, pois as desigualdades sociais refletem diretamente no âmbito da segurança. O consumo de drogas cresceu significativamente nos últimos anos, e se o consumo aumenta, o tráfico também se desenvolve, sendo essa uma das principais causas para o avanço da criminalidade. (MOREIRA, 2010)

Andrade (2013, p. 45), assevera que o modelo de Segurança Pública adotado no Estado do Maranhão possui caráter punitivista, assim, apresentam-se soluções paliativas contra a violência, nos formatos populistas, e tem sido aplicado para combater o fenômeno da criminalidade.

O crime no Estado do Maranhão teve um potencial crescimento a partir dos anos de 1990, principalmente quando se trata de mortes violentas, e por volta de 1998 o Estado apresentava a menor taxa de homicídios do país, com apenas cinco mortes por cem mil habitantes. Este período de baixos índices foi se alterando gradativamente, pois em 2012, o Maranhão passou a ocupar os 22º lugar com 26 mortes por cem mil habitantes (um aumento de 420%) em um período de 14 anos. Importante destacar que a taxa em São Luís dobrou mais que o valor da taxa de homicídios do país. (MARANHÃO, 2016)

O relatório expõe ainda dados dos municípios do interior no Estado que também sofrem com o aumento da criminalidade. A pesquisa apresentou dados importantes, destacam-se os municípios de Caxias, cujo número de mortes passou de 5 em 2000 para 62 em 2013, na cidade de Presidente Dutra subiu o número de homicídios de 1 para 40; em Açailândia de 11 para 36, Pinheiro foram de 7 para 37 mortes, isso quando são citados somente as principais cidades dos polos regionais.

Similar a isso, a análise da evolução das taxas de homicídio no Maranhão, apresenta dados separados por critérios de idade, raça/cor, onde se encontrou o índice de (176,6%) de aumento na taxa estadual, a expansão dessa faixa se trata de homicídios da população negra, principalmente os mais jovens. Quanto à taxa geral de homicídios de brancos, houve um crescimento de (98,4%),

enquanto a taxa geral de homicídios de negros aumentou em (165,2%). O que significa, em proporções, que para cada pessoa branca morta em 2012, 2,4 negro foram mortos no mesmo ano. (COSTA, 2014)

O Governo do Estado do Maranhão apresenta através do portal eletrônico da Secretaria de Segurança Pública (www.ssp.ma.gov.br) os dados dos homicídios ocorridos na região metropolitana de São Luís ao longo dos últimos anos. Contudo, através desses dados oficiais fornecidos, não é possível determinar qual o percentual da população negra vítima desses homicídios. Essa ocultação de dados impede que seja trabalhada uma política pública específica para que esse extermínio seja combatido. (MARANHÃO, 2016)

3.2.1 Na capital de São Luís

Em 2016, a capital maranhense encontrava-se em 33^a posição no ranking das cidades mais violentas do mundo, dados comprovados pelas notícias veiculadas por meios sociais todos os dias. Agressões, homicídios, furtos, roubos, entre outros, são notícias a todo o momento. A sociedade vive em meio à sensação eminente de perigo, nos cercando de equipamentos de segurança, evitando andar em ruas de fluxo quase nulo, com objetos de valor, entre outros. (SECURIDAD, 2017)

Conforme pesquisas de Martins (2017, p. 69), tomando como base os relatórios mensais da SSP-MA sobre a violência na grande São Luís, mensurou os crimes que foram “ocultados” pela estatística oficial: foram 211 mortes violentas em 2013 (20,7% do total) e outras 190 mortes até novembro de 2014 (18,6% do total). Assim, a Secretaria de Segurança Pública do Maranhão recorreu a uma metodologia que produz uma “segunda morte”, uma “morte estatística”.

No cenário atual, faz-se um comparativo por meio de dados dos anos de 2014 a 2017, assim os números levantados pela Secretaria de Estado de Segurança Pública e Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), apresentam uma queda na criminalidade de São Luís: redução de 40% no número absoluto de mortes e de 29 pontos percentuais no índice. (SEPLAN, 2018)

Mesmo com a redução dos homicídios na grande ilha de São Luís, a população carcerária teve um aumento de mais de 2.000 presos. Em março de 2015, esse número era de 7.689 presos, que em dezembro de 2017, passou para 9.756 presos, representando um aumento de (26,9%), de acordo com

acompanhamento da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH). Vale destacar que pouco mais de 13% dos presos respondem por crime de homicídio, enquanto 87% dos encarcerados respondem por crimes não violentos.

3.3 Criminalidade e Comunidade

A criminalidade tem mostrado um caráter multifacetado, demonstrando a complexidade desta temática, implicando na necessidade de estudos que estejam sempre atualizados e que superem o combate repressivo que sempre vem sendo dado ao crime, ou seja, não deve ser tratado somente no âmbito policial, mas também em diversas esferas, juntamente com políticas públicas e outras instituições que venham agregar e tornar a sociedade civil mais organizada. (LOPES; BATELLA, 2010)

O papel da comunidade é de protagonista na solução de seus problemas, não somente aqueles relacionados à criminalidade, mas de forma geral, passando por processos de transformações sociais. (DANIELI, 2009) Neste sentido, Franzener (2017, p. 27) explica que existe uma relação entre uma sociedade civil organizada e o combate à criminalidade.

Por muito tempo a comunidade era vista somente como uma ideia de território, sem sentido concreto, visão esta que está sendo desconstruída por um movimento de inovações e mudanças sociais, onde não se vincula mais à comunidade uma mera característica espacial, mas as barreiras sociais já não são mais as mesmas, mudaram-se a forma de se comunicar, de interação entre as pessoas, o que vem ampliando o alcance das comunidades. (BRITTO, 2017)

O conceito de comunidade é idealizado por meio de uma construção sociológica. Trata-se de um conjunto de interações, comunicação, comportamentos humanos, com grandes significados e partilha de expectativas entre seus integrantes. A ciência sociológica contribui para a compreensão do modo com uma comunidade se transforma e atua, a ideia de comunidade no pensamento social compõe as ideias centrais da teoria sociológica. (TÖNNI, 1995)

Em acordo com este pensamento, Teixeira (2016, p. 67) explica que a comunidade foi redescoberta, recebendo nova formação, fusão de sentimentos, formando o mesmo tecido social, com indivíduos racionais, por consequência, passam por um processo de urbanização, individualização e radicalização do modo

de vida moderna, modificando profundamente as diferenças estabelecidas pela sociedade tradicional.

De acordo com Oliveira Junior (2011, p. 34), as concentrações urbanas passam a ter outro patamar, indo além da densidade populacional, onde surgem novas necessidades, confrontos, carências, rupturas sociais, que muitas vezes suprem a partilha de interesses e um cuidado protetor, pois a vida em sociedade se destaca pelas diferenças, sejam estas sociais, culturais, ideológicas e políticas, devendo o Estado suprir tais diferenças proporcionando compatibilidade entre essas pessoas. Para entender o conceito de comunidade, entende-se que comunidade não significa pobreza e mazelas, pois possui sua identidade. Existe um conceito de cooperação como ponto de partida para entendimento do que seja comunidade, também existe uma forma de relação interna entre seus indivíduos.

Quando se relaciona policiamento comunitário com comunidade, entende-se que esta relação busca por bens comuns, como a paz, vida social organizada, onde os cidadãos são atuantes, cercados de um espírito público, cercado de confiança e colaboração mútua com a polícia, no entanto, diversos fatores ainda são geradores de alterações nessa realidade, a pobreza e a criminalidade invadem a comunidade, formando um nicho paralelo à vontade daqueles que vivem em naquele espaço. (DANIELI, 2009)

Com uma cultura voltada para a desigualdade, apesar das pessoas começarem a entender seu papel perante a sociedade, muitos agem pelo interesse comum, outros por suas próprias necessidades, aumentando a desigualdade que tem causado o aumento da criminalidade e violência, onde a comunidade é parte disso, sofre com tais consequências. (WASELFISZ, 2013)

Importante ressaltar outros fatores que contribuem para o surgimento e fortalecimento da criminalidade nas comunidades: os fatores sociofamiliares: trata-se da deterioração ou desajustes no núcleo familiar, a família é à base de formação do indivíduo; os fatores socioeconômicos: alguns já citados nesta pesquisa podem ser acrescidos com fatores como a vadiagem, desemprego, subemprego, desigualdade na distribuição de renda, fraudes, são motivações latentes para que o indivíduo entre na criminalidade; fatores socioeducacionais: a falta de educação, de ensino de qualidade, a ignorância que leva o indivíduo a falsa representação da realidade; os fatores socioespaciais também são importantes, no que tange o ambiente em que

vive o indivíduo, suas companhias, influencias, exposição, carência e abandono que propiciam a corrupção e a exploração destes. (GONÇALVES, 2012)

É indiscutível que o tráfico de drogas é um fator primordial para a formação e organização do crime. As drogas impulsionaram a sua expansão e organização, principalmente nas comunidades mais carentes, por ser um mercado altamente lucrativo, exige uma estrutura complexa e sistemática. Sabe-se que a sua comercialização não é legalizada, porém, sua produção até o comércio, são assegurados e protegidos pelo tráfico. Os traficantes costumam montar suas bases em favelas, comunidades de difícil acesso, e tem se distribuído por todos os Estados no Brasil. (OLIVEIRA JUNIOR, 2011)

Independente da situação ou classe social, a problemática da criminalidade tem divergido do que o Estado tem buscado para favorecer a população e consolidar os princípios e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal. A comunidade possui identidades reais, promovendo a formação do “ser social”, que é necessária para estabelecer relação deste com o todo, passando por todas as etapas de enfretamento dos desvios sociais, assim, a sociedade e o Estado trabalham na produção de um “tecido social” contra as mazelas que tem se impondo neste meio. (WAISELFISZ, 2013)

4 ATUAÇÃO DA POLÍCIA COMUNITÁRIA NO COMBATE A VIOLÊNCIA

As percepções do cidadão quanto às instituições policiais estão relacionadas aos resultados das ações e de suas funções tais quais são idealizadas. Qualquer programa que apresente melhores percepções dos serviços prestados pela polícia tem impacto no nível de confiança da sociedade e no relacionamento com a instituição. (OLIVEIRA JÚNIOR, 2011)

A polícia comunitária se apresenta como uma estratégia de mudança que com a clara perspectiva de melhorar a ineficiência, baixa confiança da população e como respostas às arbitrariedades estatais. É também uma resposta às questões de legitimidade e efetividade das forças de segurança, que tem grande influência na qualidade de vida das pessoas.

4.1 Conceitos

As medidas adotadas para prevenção de crimes e garantia da Segurança Pública devem ser embasadas na preservação dos direitos fundamentais, pois o Estado tem por dever direcionar seus trabalhos para a proteção dos bens mais importantes e garantidos por lei, como o direito à vida e a dignidade humana. Os modelos de policiamento atuais são fruto de diversas transformações, passando pela transição democrática e foram até os reajustes que levaram a esse novo momento. (SANTOS DULTRA, 2015)

O Estado é o detentor do monopólio da força, e tradicionalmente planeja e executa as políticas de Segurança Pública onde prevalece a concepção de polícia reativa, que vai de encontro às políticas públicas de segurança que promovem as ações preventivas. Com uma política pública de segurança participativa, tem-se a garantia de padrão diferenciado de relacionamento social, para buscar a redução dos índices de criminalidade como um modelo diferenciado de todos. (BRASIL, 2012)

De acordo com Teixeira (2016, p. 89), a relação entre polícia e comunidade é uma tentativa de mudança e inovação, seja dos procedimentos policiais, como na ideia formada pela comunidade sobre a instituição, não podendo se tratar de ações costumeiras que representem autoritarismo. Esse formato possibilita a ampla participação da comunidade no processo de planejamento e

execução, como também o monitoramento das ações de segurança, com participação efetiva da população.

A Constituição Federal do Brasil inaugurou um novo cenário que exige condutas das organizações policiais que sejam mais comunitárias e garantidoras do livre exercício da cidadania. A cidadania é a qualidade ou estado de cidadão, ou seja, “aquele indivíduo que está no gozo dos direitos civis e políticos de um Estado”. Importante ressaltar que o cidadão não goza somente de direitos, mas também de deveres diante o Estado. (MARCINEIRO, 2009)

De acordo com o Curso de Multiplicador de Polícia Comunitária, a implantação de um modelo de Polícia Comunitária no Brasil passou por várias fases:

O modelo de Polícia Comunitária surgiu no país em meados da década de 80, ao passo que a Polícia Militar buscava reestruturar seus procedimentos de acordo com a Constituição Federal de 1988.

Em 1991, a Polícia Militar do Estado de São Paulo promoveu o I Congresso de Polícia e Comunidade. Este ano foi considerado o marco inicial das discussões sobre esse tema.

Ainda na década de 90, a Polícia Militar do Rio de Janeiro iniciou um programa piloto de Polícia Comunitária em Copacabana. No Estado de São Paulo, a iniciativa se deu em Ribeirão Preto. (BRASIL, 2012)

A comunidade ainda não confia na polícia e por esse motivo há pouca participação e envolvimento na solução dos problemas de segurança do bairro. As corporações policiais são formadas por uma administração essencialmente burocrática e fechada e por isso pouco reserva à participação da comunidade. (SILVA, 2015)

O controle social exercido pela polícia é que impulsiona a sua função de prevenção de crimes na comunidade. A prevenção é uma das principais ferramentas utilizadas pela filosofia da Polícia Comunitária, onde se cria uma rede preventiva que motiva fatores ativos na sociedade, meios de adoção de medidas que venham a restringir ou eliminar as condições que criam o crime. (BRASIL, 2012)

No Maranhão, a Polícia Militar adotou inicialmente diversos modelos como a Patrulha Comunitária, o Projeto Trailers e por último as Unidades de Segurança Comunitária (UCS). Esses modelos são estruturados dentro dos padrões organizacionais de que necessitam a segurança comunitária.

4.2 Polícia Comunitária versus Polícia tradicional

A legislação vigente no país deve nortear todas as ações dos agentes públicos na preservação da Ordem Pública, levando em consideração os costumes e a cultura do espaço onde atuam, devendo fazer de forma legítima, dentro da comunidade para construir de forma justa a ordem pública, preceitos estes que devem ser enredados pelas instituições de segurança. (NEVUSP, 2009)

O conceito de Polícia Comunitária pode ser considerado uma estratégia organizacional com base filosófica, proporcionando uma população e comunidade, em que exige nova formação e adequação dos policiais que estão moldados no tradicionalismo da polícia, no entanto, o que ocorre é oposto, pois o modelo vigente de formação ainda tem padrões que seguem determinados estilos e ideologias. (BRASIL, 2014)

Os novos policiais, quando entram na organização estão mais abertos a adotar um contexto filosófico para melhor compreensão sobre o papel da polícia, estando dispostos a considerar mudanças sutis no momento em que estão entrando para um novo ambiente. Isto é especialmente verdadeiro quando o recrutamento, a seleção, e os testes são projetados para selecionar indivíduos com desejo e aptidão para o policiamento comunitário. (MARCINEIRO, 2009)

Conforme estudos de Bayley e Skolnick (2006, p. 148), a organização policial tem papel essencial no sistema de Polícia Comunitária, pois deve compreender e querer o compromisso com o novo sistema, criando um consenso que envolva do mais importante comandante até o soldado que está na linha de frente. A organização tem que construir laços de confiança com a comunidade, fortalecendo os cidadãos em geral no processo de parceria, e o lugar onde vai aperfeiçoar essas qualidades.

Para melhor entendimento do papel e funções das polícias tradicional e comunitária, segue um quadro comparativo de suas características:

Tabela 1: Comparativo entre a Polícia Tradicional e Polícia Comunitária

Polícia Tradicional	Polícia Comunitária
A polícia é uma agência governamental.	A polícia é o público e o público é a polícia: os policiais são aqueles membros da população que são pagos para dar atenção integral às obrigações

	dos cidadãos.
Responsável principalmente pelo cumprimento da lei.	Na relação com as demais instituições de serviço público, a polícia é apenas uma das instituições governamentais responsáveis pela qualidade de vida da Comunidade.
Na relação entre as polícias demais instituições do serviço público as prioridades são muitas vezes conflitantes.	O papel da polícia comunitária é dar um enfoque mais amplo visando à resolução de problemas principalmente por meio de prevenção.
O papel da polícia é preocupar-se com resolução do crime.	A eficácia da polícia é medida pela ausência de crime de desordem.
As prioridades são, por exemplo, roubo a banco, homicídios e todos aqueles envolvendo violência à polícia, que são focados nos incidentes.	As prioridades são quaisquer problemas que estejam afligindo a comunidade.
O que determina a eficácia da polícia o tempo de resposta.	A polícia se ocupa mais com os problemas e as preocupações dos cidadãos.
O profissionalismo policial se caracteriza pelas respostas rápidas aos crimes sérios.	O que determina a eficácia da polícia o apoio e a cooperação do público.
A função do comando é promover os regulamentos e as determinações que devam ser cumpridas pelos policiais.	As funções do comando são descentralizadas.
O policial trabalha voltado unicamente para a marginalidade de sua área, que representa no máximo 2% da população residente ali onde todos são “inimigos marginais” até que se prove o contrário.	O profissionalismo policial se caracteriza pelo estreito relacionamento com a comunidade o policial trabalha voltado para os 98% da população sua área que são pessoas de bem e trabalhadoras.
O policial é o do serviço.	O policial é de área.
Emprego da força como técnica de resolução de problemas.	O policial entrega a energia e eficácia dentro da Lei na solução dos problemas com a marginalidade e no máximo chega a 2% dos moradores da sua localidade de trabalho.
Presta contas somente ao seu superior.	O policial presta contas de seus trabalhos ao superior e a comunidade.
As Patrulhas são distribuídas conforme o tipo de ocorrências.	As Patrulhas são distribuídas conforme a necessidade de segurança da comunidade, ou seja, 24 horas por dia.

Fonte: (BRASIL, 2012)

Com a evolução da polícia e sua forma de atuação, busca-se manter o princípio de preservar a ordem pública, juntamente com os aspectos de manutenção e restauração ou restabelecimento desta ordem. Conforme Lima et al. (2015, p. 99), ordem pública engloba Segurança Pública, Tranquilidade Pública, Salubridade Pública e Dignidade da Pessoa Humana, aspectos que são alcançados através da disposição pacífica e harmoniosa da convivência entre o Estado e a sociedade.

Segundo Santos Dultra (2015, p. 42) a atividade policial não tem todos os procedimentos padronizados por lei, isso significa que o policial terá muitas vezes que decidir com base em conhecimentos e habilidades que não estão positivados, ou que estão positivados, mas de tal forma deixam ao policial uma margem para decidir, condicionada ao que é melhor convém para aquela determinada situação.

Tais situações impõem ao policial conhecer o meio onde trabalha, as dificuldades e o modo de vida da comunidade que serve. Assim, surge o limite que é o direito, mesmo que a lei não defina claramente a ação a ser desenvolvida, outras regras de direito devem ser adotadas para embasar intervenção policial.

4.3 Policiamento Comunitário pelo Brasil

Com a criação do Plano Nacional de Segurança Pública, o Governo Federal incentivou os Estados a formularem programas como os de policiamento comunitário, alinhados aos objetivos das políticas de Segurança Pública. Neste contexto, alguns Estados buscaram por novos modelos e novos programas que contribuíssem na redução da violência e da criminalidade. (CARVALHO, 2004)

O Estado de Santa Catarina, em 1995, antes da criação do Plano Nacional de Segurança Pública em 2000 reuniu alguns membros da Polícia Militar na busca por novos conhecimentos para agregar melhorias na qualidade dos serviços prestados, com a adoção de um programa de qualidade total em atendimento. (FREIRE, 2017)

Segundo Marcineiro (2009, p. 201) destaca que o processo de implantação do policiamento comunitário em Santa Catarina envolveu questões sobre como a polícia poderia deixar de servir apenas de forma repressora e autoritária para desenvolver um serviço onde existisse uma interação com o cliente, na busca por suas necessidades e anseios, onde o trabalho da polícia fosse fruto dessa interação. Após esta descoberta, a busca por novas experiências para

aprimorar a relação entre polícia e comunidade encontrou no Estado do Espírito Santo um trabalho que desde 1994 buscava por melhorar a relação com a comunidade no gerenciamento de segurança nesse Estado e já apresentava uma evolução contundente neste sentido.

No Estado do Espírito Santo, destaca-se a cidade de Guaçuí, com experiências positivas logo no primeiro ano de policiamento comunitário. Carvalho (2004, p. 50) destaca que a princípio, a maior dificuldade foi encontrar na literatura nacional, dados e informações que pudessem contribuir para a formação do programa, fazendo-se necessário buscar por conteúdo e literatura de outros países, no entanto, a aplicação dos conceitos de policiamento comunitário encontrados nestas pesquisas deveria ser feita de acordo com a realidade do país.

O policiamento comunitário vem se estruturando e sendo aplicado em diversos Estados brasileiros como Rio de Janeiro, Minas Gerais, Maranhão, São Paulo e outros. Destaca-se que no Brasil, as ações da polícia comunitária são desempenhadas pelas Instituições Policiais, envolvendo o policiamento ostensivo juntamente com o engajamento das organizações governamentais e a sociedade civil organizada. (NEVUSP, 2011)

4.4 Atuação das Unidades de Segurança Comunitária (USC)

O Comando de Segurança Comunitária representa um avanço histórico para a Polícia Militar e para toda a sociedade maranhense, pois possibilita a integração da polícia com a comunidade, pela prática da cidadania, aliada ao emprego dos recursos disponíveis para o combate à criminalidade. Esta Unidade tem como objetivo atuar diretamente no policiamento comunitário, com o foco na prevenção dos delitos, para estabelecer as políticas de segurança a partir do entrosamento com a sociedade e a identificação das necessidades de cada localidade. (BRASIL, 2012)

A comunitarização da polícia demonstrou alguns ápices quanto a sua implantação efetiva. Lima et al. (2015, p. 34) assevera que comumente surgem entraves pela descrença por parte dos próprios policiais, com o trabalho policial, o qual é de prender bandido. Este pensamento por parte dos policiais, muitas vezes, ocorre por desconhecimento dos pressupostos teóricos desta nova polícia,

demonstrando desinteresse em evoluir o seu ofício em termos de qualidade e confiabilidade.

Inicialmente este comando compreendia as Unidades de Segurança Comunitária e os programas sociais desenvolvidos pela Corporação, como o Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD), a Ronda Escolar e a Patrulha Maria da Penha (PMP). (MARCINEIRO, 2009)

No Maranhão, a estratégia de unir polícia e moradores surgiu efetivamente a partir da implantação das Unidades de Segurança Comunitária. As USC foram instaladas em São Luís, estrategicamente em bairros periféricos de vulnerabilidade social. Foram inspiradas nas Unidades de Polícia Pacificadora do Estado do Rio de Janeiro, implantadas em 2008 e planejadas pela Subsecretaria de Segurança do Estado. A primeira USC foi criada no bairro da Vila Luizão, em 2013, que engloba também os bairros da Divinéia e Sol e Mar, em virtude do alto índice de criminalidade da região bem como tráfico de drogas causado pela presença de facções criminosas na área. A taxa percentual de assassinatos chegou a crescer 100% no ano de 2012 em relação ao ano de 2011.

A USC realiza ações repressivas, mas a sua instalação visa à prevenção do crime baseado na doutrina do policiamento comunitário que tem como objetivo a aproximação entre polícia e comunidade. A fim de diminuir e evitar assaltos aos moradores foi instalado um sistema de videomonitoramento para cobrir a região assim como são realizadas patrulhas por viaturas e motocicletas, com abordagens, rondas e barreiras. No que se referem a sua estrutura, essas unidades contam com alojamentos para os policiais, auditório, sala de inclusão digital e reserva de armas.

No entanto, o trabalho realizado pela USC não se resume apenas à atividade ostensiva de combate ao crime, através de parcerias com a Secretária de Segurança, também realizam trabalhos sociais, tais como cursos profissionalizantes e palestras relacionadas ao combate às drogas, sendo essas atividades de caráter preventivo, a fim de evitar que mais jovens envolvam-se com a criminalidade bem como trazer qualidade de vida para a população. A análise dessa pesquisa será construída a partir dos resultados dessas ações de prevenção ao crime realizadas pela 2 USC Polo Coroadinho, conforme mencionado.

Ressalta-se que no ano de 2001, o 1º Batalhão de Polícia Militar da PMMA foi escolhido para abrigar a experiência de um projeto piloto de implantação do modelo de Policiamento Comunitário na capital, onde foram desencadeadas

diversas ações as quais resultaram na formação dos primeiros Conselhos Comunitários de Segurança Pública (CCSP), representando implicações nas ações de Segurança Pública na capital. (VIEIRA, 2006)

Segundo o inciso II, do art. 4º, da Lei nº 10.131/2014:

Art. 4º Ficam criados no quadro de oficiais da Polícia Militar do Estado do Maranhão 4 (quatro) cargos de Coronel QOPM, com as seguintes funções:
II - o Comando de Policiamento de Área Metropolitana - 3 (CPAM-3), órgão subordinado diretamente ao Comando-Geral, responsável pela preservação da ordem pública nos bairros da área de Itaqui-Bacanga e Distrito Industrial da Capital, competindo-lhe o planejamento, comando, coordenação, fiscalização e controles operacional e administrativo dos órgãos e unidades subordinadas, de acordo com as diretrizes e ordens do Comando-Geral. (MARANHÃO, 2014)

Essa competência é referente ao planejamento, comando, coordenação, fiscalização, controle operacional e administrativo dos órgãos, Unidades de Segurança Comunitária subordinada, de acordo com as diretrizes e ordens do Comando-Geral. (MARANHÃO, 2014)

4.5 Participação das USC no planejamento estratégico do CSC

As Unidades de Segurança Comunitária compreendem uma das iniciativas da filosofia do Policiamento Comunitário, instaurado na Polícia Militar do Maranhão, desde que atendam aos desígnios propostos e sejam oferecidas as condições necessárias para a execução da referida modalidade de policiamento, a qual permite a aproximação com a comunidade no combate à sensação de insegurança, através da promoção da ordem pública. (VIEIRA, 2006)

Para isso, propõe-se que sejam desenvolvidas algumas ações, destaca-se as seguintes: participação das Unidades de Segurança Comunitária nas reuniões estratégicas a serem definidas pelo Comando de Segurança Comunitária (CSC); elaboração do portfólio de policiamento preventivo a ser desenvolvido pelas USC; divulgação das modalidades de policiamento preventivo a serem desenvolvidos para o público interno (policiais militares) e a proposta de retomada dos convênios e parcerias para o fortalecimento das ações a serem desenvolvidas na USC, inclusive dando continuidade a visão mediadora da Polícia Militar junto à comunidade.

4.6 A comunidade assistida pela Polícia Militar comunitária no Bairro da COHEB

A 2ª Unidade de Segurança Comunitária foi criada, inicialmente, por meio da Medida Provisória nº 145, de 25 de fevereiro de 2013, posteriormente convertida na Lei nº 9795, de 15 de abril daquele mesmo ano, e integrava o Comando de Policiamento Especializado (CPE). Posteriormente, através da Lei nº 10131, de 30 de julho de 2014, a 2ª USC passou a ser subordinada ao recém-criado Comando de Segurança Comunitária (CSC). (MARANHÃO, 2017)

Figura 1: Instalações da USC Bom Jesus / Coroadinho



Fonte: Site Imirante, 2017

Foi criada com o objetivo de implementar de maneira efetiva a doutrina do policiamento comunitário na estrutura da Polícia Militar do Maranhão, a 2ª USC ficou encarregada do policiamento na área conhecida como Polo Coroadinho, unidade esta que funciona até os dias atuais, pois se trata de uma área que ainda precisa de atenção especial por parte do Estado e dos órgãos de Segurança Pública. Assim, visando reduzir os índices de criminalidade e aumentar a presença da polícia naquele polo, o modelo de policiamento comunitário foi à ferramenta escolhida para

auxiliar na diminuição dos índices de criminalidade e propiciar a melhoria significativa na qualidade de vida da população que reside naquela região.

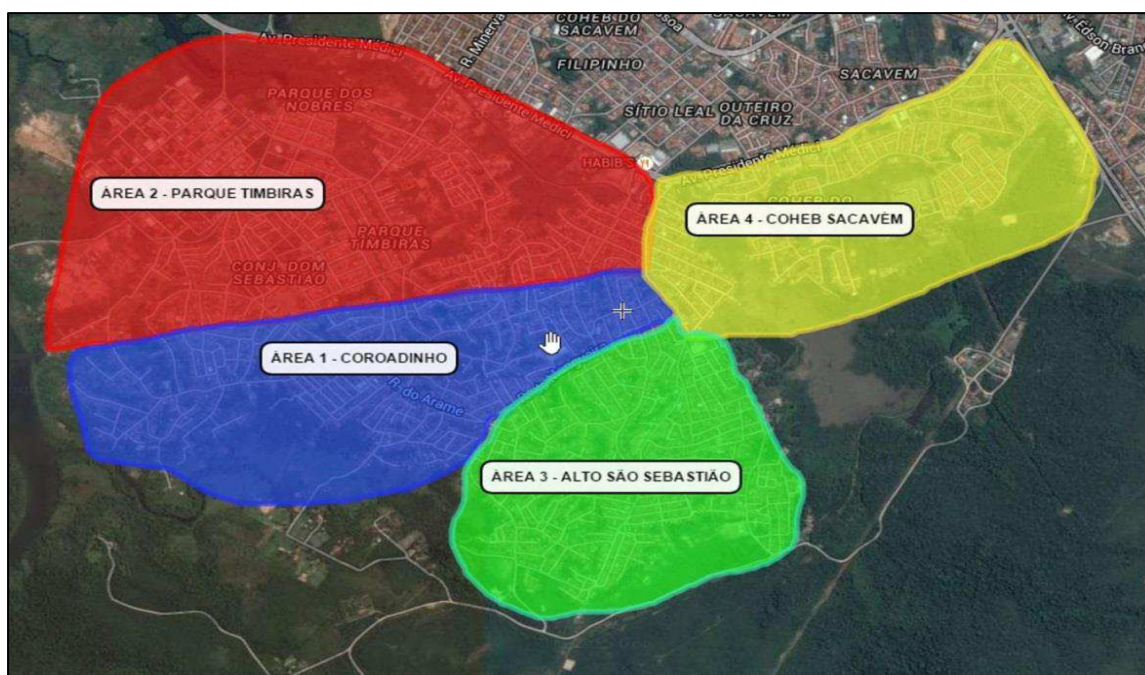
Figura 2: Organograma hierárquico administrativo 2ª USC



Fonte: MARANHÃO, 2017

Nos dias atuais, a 2ª Unidade de Segurança Comunitária está Sob o Comando do Major QOPM Raimundo Mulundú Martins Serra Junior e, conforme o Decreto nº 31596, de 05 de abril de 2016, integra o Comando de Policiamento da Área Metropolitana 3 (CPAM/3). A 2ª Unidade de Segurança Comunitária está localizada dentro da área conhecida como Polo Coroadinho, na Avenida José Sarney, S/N, Bairro Bom Jesus (São Luís - MA), próxima à feira do bairro. (MARANHÃO, 2017)

É cada vez maior o engajamento que se reflete na melhoria da qualidade de vida das comunidades. A 2ª Unidade de Segurança Comunitária abrange uma área que incluem os bairros do Parque Timbiras, COHEB, Sacavém, Coroadinho e Alto São Sebastião, com o objetivo de manter a ordem pública, cooperando para o desenvolvimento humano e da vida diária. Segue imagem com a área de atuação da USC:

Figura 3: Área de atuação

Fonte: MARANHÃO, 2017

Para este estudo, destacou-se o Bairro da COHEB, que constitui o perímetro de atuação da 2ª USC, como principal núcleo urbano, o bairro talvez seja o grande centro da integração dos interesses comuns da comunidade, em uma cidade, constituindo hoje a unidade urbana mais legítima da espacialidade de sua população.

Figura 4: Primeira reunião comunitária na COHEB em agosto de 2016

Fonte: MARANHÃO, 2017

O bairro é o principal, dentro de uma cidade, compõe atualmente uma unidade urbana mais que legítima sob os anseios de sua população. Representa um núcleo coletivo de reivindicações. É na escala do bairro que se luta por obras civis, por escolas, centros de saúde, transporte público e segurança, tornando-se uma unidade politicamente importante, sendo um espaço físico em que os indevidos se sentem familiarizados, se sentem como cidadão que faz parte do lugar onde mora e adquire valores coletivos e de cidadania. (BRASIL, 2012)

4.3.1 Políticas de segurança desenvolvidas pela 2ª USC voltadas para a qualidade de vida da comunidade

A Unidade de Segurança Comunitária aplica os princípios diferenciados do modelo tradicional de polícia, trata-se de um modelo proativo que agirá buscando identificar problemas que posteriormente poderão acarretar na quebra da ordem pública. (MARANHÃO, 2017)

Para melhor compreensão das operações realizada pela Unidade de Segurança, segue a descrição das atividades aplicadas nos bairros:

Coroadinho Seguro – Principal operação realizada pela USC teve como metas a integração das forças de trabalho dos policiais comunitários, a intensificação das abordagens nas áreas críticas do Polo Coroadinho, assim como a fiscalização das licenças de bares e locais de eventos, objetivando coibir o funcionamento de estabelecimentos irregulares.

Saturação – Realizada com o intuito de intensificar a ação de presença em locais de alta incidência dos índices de criminalidade, com a realização de abordagens a pessoas e veículos, bem como a realização de barreiras policiais.

Pacto pela Paz – Operação oriunda do Comando da Corporação, tendo como meta a maior aproximação entre a Polícia Militar e a comunidade, por meio de ações de abordagem a veículos a pessoas.

Coroadinho Integrado – Operação desencadeada em parceria com o Comando de Segurança Comunitária, onde policiais da 2ª USC, 1ª USC, Ronda Escolar, Proerd e CSC realizavam abordagens na área da 2ª Unidade de Segurança Comunitária visando à aproximação entre o CSC e os policiais da 2ª USC, assim como estreitar os laços de proximidade entre o comando do CSC e os moradores do Polo Coroadinho.

Cidade Segura – Operação desencadeada com o macro objetivo de desenvolver um policiamento mais abrangente na área da 2ª USC e de acordo com as diretrizes emanadas do Comando da Corporação.

Transporte Seguro – Implementada com o auxílio do Coordenador de Policiamento de Unidade da 2ª USC, teve como principal objetivo o aumento das abordagens a veículos de transporte coletivo, visando à repressão dos assaltos a coletivos. A área de atuação mais intensa dessa operação é a Avenida dos Africanos, no entanto, de acordo com a conveniência e necessidade, ela pode ser remanejada para as principais vias de circulação do Polo Coroadinho.

Coroado de Natal - Visou cobrir a Ação Social de maior destaque da área de abrangência da 2ª USC. O Evento Coroado de Natal já é uma tradição que reúne variadas entidades da sociedade civil organizada com intuito de prestar diversos serviços à comunidade carente do Polo Coroadinho e levar cidadania e bem-estar social a quem tanto precisa. (MARANHÃO, 2017)

Conforme estudo de Penteado Filho (2010, p. 144), as atividades sintetizam os problemas identificados na comunidade, de forma a combinar ações e estratégias, atuando em cima desses para redução da desordem social, pelo controle e prevenção do crime e diminuição do medo e insegurança. A prevenção ao crime é a base, pois a polícia não se atem a somente controlá-lo, enquanto o modelo tradicional atende às demandas dos cidadãos por meio de chamados da central de emergência.

Importante destacar o papel do policial no contexto do policiamento comunitário. O agente deverá, além de atender às ocorrências de emergências, empregar uma atenção especial na prevenção dos problemas, antes que esse ocorra ou agrave. Agir com proatividade é uma característica inerente ao policial diante a comunidade em que atua, porém, não deixará de agir de forma repressiva, quando for necessário.

O policial comunitário carrega em sua filosofia estratégias e métodos de trabalhar com a prevenção e repressão juntas, porém, de uma maneira que antes não era abordada. Uma maneira inovadora em que a comunidade e a polícia trabalham juntas nas resoluções dos problemas. Conforme estudos de Freire (2017, p 1):

O sucesso na área de Segurança Pública depende da parceria entre o Estado e o cidadão. A Polícia Militar age de forma a conhecer os problemas de insegurança e promover estratégias de se aproximar da comunidade.

Por outro lado, cada cidadão deve se conscientizar de que também é responsável pela segurança, evitando assim que a sensação de insegurança venha possibilitar um ato pior do que aquele que se pretendia prevenir.

Os programas voltados para a comunidade passam por um grande desafio que é motivar e sustentar a participação da população, reconhecendo que este aspecto é muito importante para o êxito dessas iniciativas, principalmente nas comunidades em que existem problemas mais graves e grandes taxas de criminalidade. O objetivo é unir as pessoas em um único objetivo, para que a criminalidade não venha minar a capacidade de organização da comunidade, envolvendo um árduo trabalho de superação, mesmo com aqueles que não confiam no trabalho da polícia. (TEIXEIRA, 2016)

4.7 A atuação da polícia comunitária frente à desconfiança da comunidade

Para obter sucesso na organização da comunidade e atuação do policiamento comunitário, deve superar a resistência dos indivíduos que muitas vezes não acreditam que sua realidade possa ser modificada, devido a vários fatores e histórico que são latentes. A melhoria da condição de vida e da Segurança Pública são pontos que ainda causam certo ceticismo na população. (BAUMAN, 2009)

Atos de violência e repressão praticados por alguns policiais militares macularam a imagem e o entendimento sobre o seu verdadeiro papel, como também a forma de ver a corporação em geral e por conta desses desvios de conduta, atitudes isoladas, a confiabilidade da população fica comprometida, comprometendo também a parceria entre comunidade e polícia, pois em muitos casos, o cidadão poderia colaborar com o trabalho da polícia, mas por falta de confiança deixam de contribuir. (MACHADO, 2014)

Em outra visão, a Polícia Militar por vezes não tem confiança no cidadão, pois acredita que muitos são coniventes com a criminalidade que atua em seu bairro, infringindo as leis, mesmo sabendo-se que o medo circunda as comunidades, impedindo que os cidadãos possam trabalhar juntamente com a Polícia Militar. Todos esses sentimentos são fundamentos em desconhecimento por falta das

autoridades e pela impunidade do meliante e o desconhecimento dos fatos pelas autoridades. (CARVALHO; MISSE, 2012)

Neste processo, a comunicação está inserida como componente da rotina do policiamento comunitário e sua relação com a comunidade. Isso é demonstrado quando a confiança entre cidadão e polícia começa a ser estabelecida, onde o morador pode conversar e externar seus pensamentos e dúvidas, não só como comunicador, mas também como ouvinte da polícia. A integração é feita por meio da comunicação onde o policial militar conheça os moradores, faça uma troca de ideias, onde a polícia conquista a confiança da comunidade e a comunidade conquista a confiança da polícia. (BRASIL, 2012)

Segundo análise de Waiselfisz (2013, p. 59), a relação de confiança deve ser conquistada de forma paciente e atenciosa e a comunicação é uma ferramenta importante nesse sentido, sendo que a Polícia Militar deve agir com cordialidade e não visar apenas o interesse na informação, pois esta chegará aos poucos, quando menos se espera. O objetivo principal é ter uma relação de proximidade com a comunidade.

Entre essas controvérsias, nota-se que o país ainda não pode experimentar um sistema em que a polícia não demonstrou totalmente sua capacidade de atuação, mostrando uma resposta ao aumento da criminalidade, por meio de policiais mais eficazes e mais humanos. (TEIXEIRA, 2016)

As instituições policiais historicamente encontraram obstáculos para se estruturar, mas têm se adaptado as novas realidades, melhorando seu relacionamento com a sociedade, e o merecido respeito que a instituição em geral tem. Os profissionais são conhecedores das normas legais, da forma jurídica de processamento para o resgate da verdadeira arte de polícia, que também depende do apoio da comunidade. (KOPITTKKE, 2015)

5 METODOLOGIA

A metodologia trata dos caminhos a serem percorridos para que se possam alcançar os objetivos do trabalho. Este estudo trata-se de uma pesquisa bibliográfica do tipo qualitativa exploratória. Uma pesquisa qualitativa se trata de destacar a análise e dedução, com dados e medidas precisas. (OLIVEIRA, 2015) Conforme Gil (2008), o objetivo do estudo descritivo é explanar características de determinado grupo ou população, fazendo relação entre as variáveis.

A pesquisa bibliográfica é uma forma de iniciar o estudo, buscando aspectos semelhantes e diferentes entre as publicações e documentos levantados como referências. A função crucial da revisão bibliográfica é reunir conhecimentos sobre a temática, ajudando a fundamentar o estudo aqui proposto. Foram utilizados para a busca, livros, artigos e documentos com os seguintes descritores na língua portuguesa: Polícia Militar, Polícia Comunitária, Polícia Militar do Estado do Maranhão, Criminalidade, Segurança Pública.

A coleta de dados foi feita a partir de leitura exploratória do material selecionado, por meio da leitura objetiva, que verificou quais obras são de interesse da pesquisa. Em seguida, foi feita a leitura seletiva, mais aprofundada com as partes que mais contemplam o interesse da temática. Após esta etapa, foi realizado o registro das informações retiradas das fontes de forma específica.

Para a obtenção de dados por meio da pesquisa qualitativa, foi feito entrevistas com três profissionais da área de Segurança Pública que constituem e representam a Polícia Militar do Maranhão que são chamados de Entrevistado 1, Entrevistado 2 e Entrevistado 3. Também foram entrevistados três moradores do bairro COHEB, representantes da comunidade, que são chamados de Morador 1, Morador 2 e Morador 3.

Também serão analisadas as informações do banco de dados das instituições da Segurança Pública do Maranhão. Por meio do suporte necessário dos fundamentos conceituais contribuíram para a formulação das perguntas para a entrevista e investigação, para assim obter informações e indicações para a pesquisa.

A população foi definida de acordo com as necessidades da pesquisa, considerando que a escolha para a realização da entrevista abarca um indivíduo que

se enquadra na categoria de agente de Segurança Pública da 2ª USC do bairro da COHEB.

Para a devida interpretação e compreensão dos dados aqui apresentados, estes foram apresentados em quadros e gráficos, destacando-se a pesquisa realizada e voltada para o tema Polícia Comunitária, buscando estabelecer as diretrizes de atuação o policiamento comunitário na região em que foi instalado, como também verificar se existe ou não interação entre a polícia e a comunidade. Este estudo foi direcionado pelos dados e informações concedidas pela Secretaria de Segurança Pública do Maranhão, que serviram de norte para a percepção do que foi mais eficaz no alcance de seus propósitos.

6 ANÁLISE DOS DADOS

Após de coleta de dados e de entrevistas, é importante fazer a análise dos dados encontrados. Por meio das entrevistas foi possível dar voz aqueles que vivenciam na prática o trabalho da polícia comunitária, seja pelos profissionais como também pelos moradores do bairro COHEB, a partir dessas concepções, pode-se fazer a análise sobre os vários aspectos que corroboram com a pesquisa. Podemos destacar dados importantes nos relatórios anuais da USC correspondentes aos anos de 2016 e 2017, com esses indicadores qualitativos pode-se fomentar a pesquisa, pois foram utilizados como base para alcançar os objetivos propostos por este estudo.

6.1 Entrevista com autoridades da USC do Bairro da COHEB

Foram realizadas entrevistas com o comandante da 2ª Unidade de Segurança Comunitária Bom Jesus/Coroadinho o Major QOPM Raimundo Mulundú Martins Serra Junior que será chamado de Entrevistado 1 e com o Soldado Ribamar que atua no bairro da COHEB será chamado de Entrevistado 2, envolvidos diretamente com a atuação da 2ª USC para a obtenção de informações que direcionaram para o melhor entendimento da atuação do policiamento comunitário no bairro da COHEB, área que abrangida pela USC estudada.

Questionado sobre o funcionamento do policiamento comunitário no bairro da COHEB, o Entrevistado 1 pode explicar sobre o início do seu trabalho da 2ª Unidade de Segurança Comunitária, por meio de um pequeno histórico, demonstrando a evolução dos trabalhos ali realizados:

“Ao assumirmos o Comando da 2ª Unidade de Segurança Comunitária em 19/05/2016 verificamos que dentre todas as necessidades existentes, tivemos duas constantes em toda a PMMA, que é a falta de efetivo e de viaturas, por essa razão algumas áreas do grande Polo Coroadinho eram deixadas de lado quanto a um policiamento presente, eficiente e eficaz. Procurei o Cel. Aritanã, antigo morador da comunidade, a fim de conseguir um contato de uma liderança comunitária que pudesse somar com este comando a proposta de um Policiamento Comunitário, com atitudes voltadas ao público assistido e permanência em uma área mais restrita. Foi indicado o Joelson, liderança envolvida com esportes, igreja e agregador comunitário, marcamos a primeira reunião com o mesmo em agosto de 2016 e em outubro do mesmo ano foi feita a primeira reunião comunitária, onde foi apresentado para o público, os seis primeiros policiais comunitários, divididos em duplas e com serviços divididos em giros de 12

horas, pois ainda não havia efetivo suficiente para a prestação de serviço de 24 horas. A aceitação foi imediata por todos, havia uma conexão permanente entre moradores e guarnições, onde estas eram convidadas constantemente para eventos simples nas residências como lanches, jantares, aniversários etc. A população do bairro tinha certeza que aqueles policiais faziam parte da comunidade, com o passar do tempo e com mudanças no comando da unidade e a fim de buscar redução da criminalidade no Polo Coroadinho, houveram trocas de componentes das guarnições, mas tendo o cuidado de escolher policiais com perfis comunitários, o que resultou na permanência do padrão inicial da proposta. Atualmente temos 8 (oito) policiais na área da COHEB e Salinas do Sacavém, em turnos de 12/24 e 12/48 horas de serviço/folga". (ENTREVISTADO 1)

Apesar da implantação do policiamento comunitário nos bairros e comunidades, se faz necessária a reformulação na forma de pensar e agir da polícia tem-se como base contribuir na efetivação da Segurança Pública pelo Estado e pela comunidade. O melhorando daquilo que já foi proposto também faz parte dessa perspectiva, sendo uma alternativa também de otimizar os recursos, sejam eles financeiros ou humanos, de que a polícia pode lidar com os problemas da população a partir de um contingente adequado e preparado, com apoio dos comandantes. (OLIVEIRA JUNIOR, 2011)

O fortalecimento dos mecanismos ocorre por meio de uma visão diferenciada sobre o controle social informal, atitudes inovadoras contribuem nesse processo e necessitam da participação de todos, comunidade com a liberdade de expor suas necessidades e polícia que recebe a comunidade, ouve e constrói o que se espera desses mecanismos. Tal iniciativa ainda representa um desafio para os fomentadores do policiamento comunitário. (MIRANDA, 2010)

A segunda pergunta tratou sobre o reconhecimento da comunidade reconhece com relação à mudança da forma de realização do policiamento. O Entrevistado 1 deixou claro que a comunidade tem sim conhecimento sobre a transição realizada na modalidade de policiamento:

"Sim. Antes da implantação do projeto, as viaturas faziam o patrulhamento de forma esporádica e devido às demandas operacionais, dávamos prioridades às ocorrências de maior potencial no Polo Coroadinho, a saber, homicídios, tráficos de drogas e guerra entre facções pelo controle de território. Hoje as viaturas são constantemente vistas na comunidade, o que pode ser facilmente confirmado pelas declarações dos entrevistados no bairro da COHEB". (ENTREVISTADO 1)

Em estudo realizado com o policiamento comunitário em Belo Horizonte (MG), para o cumprimento do objetivo estabelecido, foi instruído que as patrulhas

atendam preferencialmente as ocorrências de iniciativa própria, com a finalidade de tornar o atendimento eminentemente preventivo, seguindo de forma rigorosa o planejamento pré-determinado pelo comandante da unidade. (SECURIDAD, 2017)

A maior presença de rondas e viaturas identificadas na fala do Entrevistado 1, pode ser confirmada com os estudos de Waiselfisz (2016, p.17), quando explica que para a polícia desenvolva o seu trabalho próximo ao cidadão, é preciso uma reflexão sobre as posturas consagradas nas organizações policiais, que precisam ser revistas e adequadas às necessidades da comunidade. A missão é manter contato estreito com a comunidade, se mostrar presente, principalmente para aqueles que possuem comércios, lojistas, autoridades, líderes comunitários e escolares.

A entrevista prossegue com o questionamento sobre os resultados do policiamento comunitário no período de 2016 e 2017:

“Redução nos crimes que mais atingiam a população como pequenos roubos (celulares, pertences etc.), furtos e roubos a residências, arrombamento de veículos, uso de drogas não permitidas nas áreas do bairro e perturbação do sossego público. Muitos dos quais não eram registrados nas Delegacias/CIOPS em razão do descrédito no organismo policial da área”. (ENTREVISTADO 1)

De acordo com a Secretaria de Segurança Pública do Maranhão, a comunidade reconhece, ao sair nas ruas, a redução de crimes nas comunidades assistidas pelas Unidades de Segurança Comunitárias, que tem agindo em pontos que antes eram alvos de assaltos e comercialização feito tráfico de drogas. (SSP, 2017)

Quanto à atuação do gestor, foi perguntando de este tem autonomia para agir, dar sugestões e aplicar a filosofia dentro da realidade de cada localidade e se existe descentralização de comando.

“Sim. Todos os policiais participantes do Policiamento Comunitário do Bairro da COHEB são orientados a serem solucionadores de problemas, o que ocasiona uma melhor prestação de serviço, uma sensação de pertencimento e proteção à comunidade assistida. Durante ou logo após a solução de algum fato alheio a normalidade este comando é informado do ocorrido para efeito de controle e registro de condutas proativas das guarnições”. (ENTREVISTADO 1)

Com a fala o Entrevistado 1, percebe-se que o policiamento comunitário os policiais podem desempenhar as suas funções com maior liberdade, com maior poder de decisão, não tendo todos os atos vinculados as ordens dos superiores, no entanto, não se pode confundir desconcentração com liberdade de ação sem limites.

Na polícia comunitária, a polícia permanece dirigida por um órgão de direção central, o que se procura é dar aos policiais, que atuam no seio das comunidades, autoridade para decidir sobre os problemas locais de acordo com as necessidades que ali surgirem.

A questão seguinte tratou sobre a estrutura existente na USC e se esta atendia a expectativa da comunidade. O Entrevistado 1 fez o seguinte relato:

“Sim. Dentro da proposta ofertada temos o profissional fixado a um território delimitado, onde este conhece e é conhecido pela comunidade, o que resulta em abordagens seletivas e um tratamento elogiado pela maioria das pessoas que interagem com este comando. Buscamos sempre obter junto à comunidade através de visitas, contatos telefônicos e aplicativos de mensagens como está sendo realizado o policiamento ostensivo pelas guarnições e em que podemos melhor nessa prestação de serviços”.
(ENTREVISTADO 1)

As instituições policiais deverão voltar seus esforços com fito de dar aos seus membros conhecimento técnico e legal suficiente para desempenharem suas funções junto à comunidade. Deverão proporcionar treinamentos mais prolongados e com nível mais elevado, revendo alguns conceitos tradicionais, porém, procurando formar um policial que tenha a capacidade de deliberar junto à comunidade sobre problemas referentes à ordem pública local. (MIRANDA, 2010)

Para finalizar a entrevista, foi perguntando sobre atendimento proativo tem predominância sobre atendimento reativo nesse tipo de policiamento, pois no atendimento tradicional, a reação sempre imperou na atuação da polícia.

“O contato direto com os moradores promove uma antecipação de vários eventos que poderiam concretizar pequenos delitos, tais como distribuição de viaturas em locais e horários estratégicos, coibição de roubos em paradas de ônibus de acesso ao bairro nos horários de pico de chegada e saída de moradores etc. As equipes de serviço além de estarem em contato direto com este comando de unidade, estão inseridos em grupos de aplicativos de mensagens com moradores do bairro com seus telefones particulares, onde os moradores foram aconselhados a utilizar sistemas de videomonitoramento próprios, que em caso de situações suspeitas, estas mídias são repassadas ao grupo e instantaneamente a um dos PM de serviço que buscará dar uma resposta no menor tempo possível ao Comando da Unidade e após análise, ao grupo de moradores quando a situação exigir este procedimento”. (ENTREVISTADO 1)

Em um texto intitulado de "O impacto das Relações entre a Polícia e a Comunidade do Sistema Policial", o tenente responsável pela implantação do programa de relações comunitárias, relata às dificuldades encontradas a para implementar o modelo de policiamento comunitário. O mesmo relata sobre as resistências internas que impediam a participação do departamento de polícia nesse tipo de programa, pois acreditavam que atividades relacionadas com o público não faziam parte do seu trabalho. (KOPITTKKE, 2015)

A pró-atividade é a característica do policial que se antecipa a ocorrência da desordem, da violência ou do crime, atuando nos fatores estruturantes desses fenômenos sociais que tanto incomodam as pessoas que vivem nas modernas sociedades. O modelo tradicional de polícia é baseado numa conduta reativa, de combate ao criminoso, gerando a crença popular de que essa é a forma correta de coibir a violência urbana, mas sem gerar a ausência de medo desejada. Marcineiro (2009, p. 122) afirma que os princípios diferentes do modelo tradicional de polícia, o modelo reativo, empregado por grande parte da polícia do Brasil. Trata-se de um modelo proativo que agirá buscando identificar problemas que posteriormente poderão acarretar na quebra da ordem pública, e sim, agir direto na sua causa para evitar danos maiores.

O estudo deu continuidade através de entrevista com o Soldado Ribamar que atua no policiamento comunitário no bairro da COHEB na 2ª USC. A primeira pergunta feita a entrevista foi sobre o funcionamento do policiamento comunitário no bairro, assim obteve-se a seguinte resposta do agente:

“A gente se utiliza de policiamento de prevenção, a gente costuma fazer ronda lá em cima, na área da COHEB, fazemos paradas em pontos estratégicos, saídas costumeiras de assalto, que eles sobem pela Avenida dos Franceses e realizar assaltos no bairro da COHEB por se tratar de uma área nobre, então a gente costuma fazer o policiamento ali de prevenção mesmo, liga a sirene, fica conversando com a comunidade, a comunidade também ajuda porque lá possui câmara em quase todas as residências, eles auxiliam a gente, quando eles veem alguma coisa mandam mensagens no grupo de app, tem um grupo com a comunidade da COHEB e auxiliam o policiamento lá nessas questões”. (ENTREVISTADO 2)

As diretrizes do policiamento comunitário se limitam aspectos operacionais, sendo o primeiro a instalação estratégica de seus postos, que devem ser localizados em endereços de referência para a comunidade; o segundo aspecto

é o trabalho de prevenção com atuação contínua e permanente, de forma que este trabalho não sofra interrupções. A polícia deverá ser presente ao ponto de motivar a participação da comunidade, sem estratégia, corre-se o risco de instalar postos em locais com pouca ou nenhuma participação e integração da comunidade, gerando maiores custos para a polícia. (LOPES; BATELLA, 2010)

A segunda pergunta buscou entender sobre o reconhecimento da comunidade com relação à implantação do policiamento comunitário no bairro:

“Sim, com certeza, eles (os moradores) sempre nos falam que depois que a viatura começa a circular no bairro ficou mais seguro lá o local, pois como disse costumava ter muitos assaltos, pessoas do Coroadinho, Salina e da parte de baixo da COHEB eles iam lá pra cima realizar assaltos, então diminui bastante esse número de assaltos, então os moradores falam sobre isso, reconhecendo que é por causa da atuação da polícia comunitária no bairro. Até temos locais de apoio, encostamos para beber água, a população tem o costume de ajudar a guarnição”. (ENTREVISTADO 2)

O objetivo é que o cidadão esteja satisfeito com os serviços prestados pela Polícia militar. O reconhecimento deste trabalho é um norte para a construção de metas e a avaliação de todo o resultado produzido em serviço, reafirmando a importância da interação entre comunidade e policiamento, como também a forma que a sociedade interpreta suas necessidades, sua percepção sobre como o trabalho da polícia militar está modificando o seu relacionamento com a comunidade e como está modificando também o ambiente em que vivem. (TEIXEIRA, 2016)

Sobre a gestão do posto de polícia comunitária, foi perguntado se tem a autonomia para dar sugestões e aplicar a filosofia da polícia cidadã, aplicando-se a descentralização. Neste sentido, o Soldado respondeu:

“Com certeza, a gente está lá rotineiramente, a gente costuma ter autonomia de dar sugestão em alguns pontos, por exemplo, nas questões das câmeras, nós orientamos os moradores a mudar o foco das câmeras, pois não estavam pegando em certos pontos, então os criminosos já sabiam onde a câmera não estava filmando, então após nossa orientação, semana passada mesmo fizeram as alterações lá, colocando as câmeras onde estavam os pontos cegos”. (ENTREVISTADO 2)

O conjunto de lideranças e gestão no policiamento comunitário tem papel importante quanto à autonomia que cada policial tem para adotar medidas práticas de acordo com aquilo que se reconhece interessante para a comunidade. A tomada de decisão diante de situações de riscos e maior exposição da população interferem

diretamente na qualidade dos serviços prestados e na busca por melhoria na vida nas comunidades, democratizando a participação de todos, polícia e comunidade, para um bem comum. As lideranças têm refletido sobre novos métodos que admitiam a versão tradicional da polícia, mas que deem oportunidade do policial tenha livre exercício dentro da comunidade em que atuam, os gestores são motivadores e apoiadores deste trabalho em conjunto. (BRASIL, 2012)

A entrevista seguiu-se tratando sobre o policiamento preventivo e se tem dado resultados. O Soldado deu a seguinte afirmativa:

“Positivo. Na área da COHEB, o principal foco do policiamento é a prevenção, porque lá por se tratar de uma área nobre não costuma ter muitas ocorrências que precisem do policiamento ostensivo, é mais prevenção mesmo, costume é fazer o policiamento comunitário, mas com a população, que falam suas necessidades e eles costumam orientar a gente nesse sentido. Fala sobre horários que podem ser mais inseguros, a gente trabalha na prevenção de futuros delitos nesses locais”. (ENTREVISTADO 2)

A respeito da análise de resultados do policiamento comunitário, nota-se que existe a coerência entre o discurso da organização policial com a atuação na comunidade. O plano estratégico deverá estabelecer metas e que adiante serão analisados com os objetivos alcançados para que os indicadores possam demonstrar que tais objetivos atendem as necessidades da comunidade. O trabalho envolver mais que operações de prevenção e repressão, incluem-se atividades sociais, educativas, de sensibilização dos moradores, que também são formas de prevenir as situações que possam causar a desordem social, implicando em aspectos que vão além da criminalidade. (MACHADO, 2014)

6.2 Entrevista com o Comandante do CPAM-2

Para compor a pesquisa com os agentes da Polícia Militar, foi entrevistado um Oficial da PMMA, Cel. Aritanã, comandante do CPAM-2 que já foi morador do Bairro COHEB cujos alguns familiares ainda residem naquela região. A entrevista se iniciou questionando sobre a importância do policiamento comunitário para o Bairro da COHEB, obteve-se a seguinte resposta:

“Ela se deu em razão da necessidade da presença da polícia militar junto à comunidade. Lá na COHEB era um bairro onde a polícia militar não estava

presente completamente e com a implantação da 2ª USC, houve a necessidade de uma atenção maior aos bairros que compõem aquela unidade comunitária e foi implantada, que eu me recordo na época, uma viatura permanentemente naquela área. Então a comunidade até me procurou pelo fato de eu ser morador da COHEB e também ser oficial da polícia, e pediu que eu fizesse o elo, ou seja, que eu pudesse fazer aquela ligação entre a própria ação policial assim como a comunidade. Me lembro que eu participei de uma reunião comunitária dessa natureza onde estava presente o então Comandante daquela unidade, o Major Serra e juntos as equipes que iriam trabalhar na USC naquela viatura e mais alguns moradores, colegas meus de bairro, a gente mostrou, conversou, através de uma certa palestra qual seria o objetivo maior daquela presença daquela viatura”. (ENTREVISTADO 3)

A segurança, enquanto necessidade básica da vida humana da sociedade possui a de Segurança Pública, esta sendo uma espécie de gênero Ordem Pública, porém a criminalidade tem atingindo índices altos, elevando a necessidade da presença da polícia nas comunidades, destacando sua importância como ferramenta de combate ao crime por meio de prevenção. As ações destacadas procuram sempre atuar em cima de causas do problema de Segurança Pública nas comunidades, atuando preventivamente, sempre de maneira proativa, com aparato estatal juntamente com a atuação da comunidade. (MESQUITA NETO, 2004)

Segundo Marcineiro (2009), o primeiro contato com a sociedade é de fundamental importância, pois é através dele que se estabelece os valores básicos como educação, respeito, integridade moral e interesse no serviço a ser prestado, iniciando desse modo uma relação de confiança e credibilidade no serviço que será fornecido.

Dando continuidade a entrevista, a questão trata sobre a percepção sobre a aproximação dos policiais comunitários com os moradores, o Entrevistado 3 respondeu da seguinte forma:

“Eu vejo que é uma aproximação muito salutar, eles, a comunidade, começaram a conhecer os policiais pelo nome, teve um contato maior com as guarnições e isso ajudou bastante porque diminuiu o número de reclames de assalto naquela região ali do bairro”. (ENTREVISTADO 3)

Algumas experiências difíceis, sofridas tanto pela população, quanto pelas forças policiais, serviram como impedimento para uma aproximação adequada entre a comunidade e os policiais. Isto se deve principalmente em virtude das forças policiais serem treinadas por décadas para enfrentar um inimigo potencial, e não para estabelecer um convívio harmonioso e produtivo entre a comunidade e a

instituição. O policiamento comunitário vem para desconstruir essa filosofia, demonstrando que o trabalho em conjunto é o caminho para aperfeiçoar os resultados. (KUJAWA, 2016)

Silva, Veloso e Barbosa (2014) explica que neste processo, a comunidade tem aceitado com bastante receptividade este estilo de policiamento, que tem acompanhando a evolução gradativa da polícia como ferramenta na construção da segurança, pois nada produz mais resultados satisfatórios do que seres humanos motivados, que querem cooperar, trocam experiências e trabalham juntos.

O Entrevistado 3 foi questionado sobre o sentimento de segurança trazido à população por meio do policiamento comunitário. O mesmo justificou sua resposta:

“Sim. Quando o policiamento está lá de forma mais efetiva eles se sentem sim seguros, até mesmo quando eu retorno lá para visitar parentes, eu vejo a viatura fazendo ronda e isso é muito positivo”. (ENTREVISTADO 3)

A população em geral tem um sentimento de insegurança e impunidade gerado pelo crescente aumento da criminalidade, porém, a percepção da presença da polícia em constante nas comunidades tem mudado esse quadro. A polícia comunitária trabalha com ações de resolução dos problemas de segurança da comunidade se valendo da prevenção, que novos atos ilícitos se realizam por parte dos criminosos. A atuação da polícia em situações comuns, como resolução das necessidades específicas dos moradores, passam não somente o sentimento de segurança, mas de apoio, pois também atuam nos fatores que levam à criminalidade. (MARCINEIRO, 2009)

A atividade de Segurança Pública pode gerar no cidadão um sentimento de satisfação como também um sentimento de incerteza. O conhecimento de causa da comunidade sobre a atuação da polícia é importante para o gerenciamento do processo de preservação da ordem pública, no fornecimento de serviços, onde quanto mais próximo do cidadão, mais poderá atender suas necessidades. (COSTA, 2014)

Para finalizar a entrevista, foi pedido ao entrevistado que fizesse uma avaliação dos resultados em relação à criminalidade após a instalação da base de polícia comunitária, segue a resposta:

“Como eu falei anteriormente, eu percebi que a comunidade não reclamou mais, pelo menos não me ligou, não se queixou mais diretamente a mim

sobre a presença de delitos e até me recordo que antes da chegada da USC de uma forma mais efetiva, eu mesmo fui vítima de uma tentativa de assalto e tive que reagir, isso foi no ano de 2014, salve engano, até na época, ainda acontecia alguns ataques a policiais e algumas pessoas até pensaram que teria sido algo direcionado a minha pessoa por eu ser Oficial da polícia, depois desse episódio e de outros episódios percebi que a presença da polícia foi mais efetiva”. (ENTREVISTADO 3)

A construção da segurança com a participação da população aponta para resultados que tornam a sociedade mais justa, segura e fraterna. Todas as comunidades em que houve a implantação da polícia comunitária passaram por uma transição no que diz respeito à melhoria da segurança, na diminuição de casos de violência e criminalidade. Segundo Mesquita Neto (2004), a filosofia da polícia comunitária de aumentar o contingente, realizar patrulhamento motorizado constante, redução do tempo de resposta no atendimento de ocorrências, trabalhar para a prevenção de ocorrências, são aspectos eficientes para o combate ao crime e na captura de seus agentes, trabalhando junto com a comunidade de modo a produzir frutos.

6.3 Entrevista com Moradores

Foram realizadas entrevistas como ferramentas com a finalidade de conhecer melhor a experiência vivida pelos moradores do Bairro COHEB. A entrevista foi composta de perguntas voltadas para captar a percepção dos moradores quanto ao reconhecimento da presença da Polícia Comunitária e os resultados de sua atuação.

As primeiras perguntas possibilitaram o morador se identificar. Quando perguntados sobre o reconhecimento da existência de um policiamento comunitário atuando no bairro da COHEB, obtiveram-se as seguintes respostas:

O primeiro morador a ser entrevistado será denominado de Morador 1, 45 anos de idade, autônomo e morador do Bairro há 45 anos. O Morador 1 relatou reconhecer sim a Polícia Comunitária no bairro desde sua implantação, obteve-se a seguinte resposta:

“Desde que foi implantado vem dado resultado, com a rota intensiva, tem funcionando quase que 24 horas aqui no bairro, eles têm um ponto de parada nesse setor, um ponto de parada na Rua 40, um ponto de parada na Eletronorte, eles fazem pontos estratégicos durante todo o dia”. (MORADOR 1)

A Moradora 2 se apresentou, tem 51 anos, agente de endemias, moradora do Bairro da COHEB há 47 anos, respondendo ao questionamento da seguinte forma:

“Conheço! Foram apresentados a alguns policiais que fazem a ronda aqui, só que um de um tempo para cá eles mudaram, mas nós reconhecemos, eles sempre passam aqui”. (MORADOR 2)

O Morador 3 tem 38 anos, com formação superior completo, atua como advogado e reside no bairro da COHEB a mais de 10 anos:

“Por conta do trabalho eu passo pouco tempo em minha moradia, porém, reconheço a existência do policiamento comunitário no bairro”. (MORADOR 3)

Segundo Freire (2017, p. 24), esse reconhecimento do policiamento ostensivo ocorre em razão de o policial militar é identificado facilmente, pois se trata de patrulhas uniformizadas, regulares que trabalham principalmente na prevenção. Como destaca os três moradores, existe constância na presença da Polícia Comunitária em vários pontos do Bairro.

O trabalho de prevenir o crime é um objetivo que poderá ser alcançado por meio da presença ostensiva dos policiais nas ruas, para que se tenha um sentimento de presença policial, fazendo com que os criminosos repensem seus atos e não cometam seus atos criminosos. Importante ressaltar que o trabalho de prevenção também deve ser em toda a comunidade, para que determinadas áreas fiquem de fora da proteção policial. A prioridade de atuação do policiamento é preventiva, em detrimento ao emprego de repressão, presença mais permanente do PM na comunidade e resposta ao maior número de acionamentos pela comunidade. (MACHADO, 2014)

Segundo Kopittke (2015, p. 27), sem deixar de cumprir funções tradicionais da atividade policial como atendimento as chamadas de ocorrências policiais efetuarem prisões, os policiais comunitários tem uma atuação mais ampla na medida em que envolvem a sociedade, buscando desenvolver e implementar ações criativas e abrangentes de atendimento às necessidades da comunidades, o que pode ampliar o reconhecimento destas.

O escopo preventivo evidencia novas práticas que tem como foco preventivo de curto e de longo prazo envolvendo diversos seguimentos voluntários da sociedade. Nesse contexto, o policial comunitário atua também como facilitador da comunicação entre comunidades e outras instituições públicas e privadas que podem contribuir de alguma maneira, para programas e projetos para melhoria da qualidade de vida. (SANTOS DULTRA, 2015)

Nota-se que a Polícia Comunitária é um conceito amplo, compreendendo o emprego de todos os meios possíveis para a solução de problemas, que de alguma maneira afetam a segurança de uma comunidade, sendo que esses meios podem ser de origem governamental ou não. Trabalham no envolvimento de alguns segmentos da sociedade com os comerciantes, instituições, autoridades civis, a própria polícia e a comunidade. (KUJAWA, 2016)

Seguindo as questões, buscou-se detalhar como se dá a aproximação entre os policiais comunitários com os moradores, o Morador 1 respondeu ao questionamento da seguinte maneira:

“Tem proximidade sim, não são todos os moradores, mas alguns têm conhecimento de nomes de policiais, de conversações quando tem algum problema, a gente aciona de imediato estão prontos a nos atender, tem dado certo este trabalho”. (MORADOR 1)

Já o morador 2 deu a seguinte resposta:

“Principalmente aqui na nossa rua, aqui na Rua 35, eles sempre estão aqui, conversam conosco, eles sempre vêm aqui”. (MORADOR 2)

O Morador 3 expressou-se neste sentido:

“Eu percebo que através dos moradores que tem uma relação muito boa com o policiamento, inclusive em algumas situações e algumas ocorrências que eu já soube, ouvi comentários de que são muito próximos, a ponto de... teve inclusive uma vez que eu precisei, eu tive que ligar, pois tinha a suspeita de alguém rodeando minha residência e de pronto eu fui atendido, então quando a prestação de serviço público aqui no bairro é tranquilo, de pronto eles sempre atendem”. (MORADOR 3)

A parceria com a comunidade envolve cooperação de ambas as partes para a identificação dos problemas e possíveis soluções em conjunto, uma discussão compartilhada. As pessoas precisam ter a consciência do seu papel

diante a sociedade, e isso pode contribuir de alguma forma com a diminuição da desigualdade, o que por consequência a redução da violência da criminalidade. (SECURIDAD, 2017)

Weiselfisz (2015, p. 56), por meio de análise das experiências em vários lugares avaliou os programas de policiamento comunitário, suas vantagens, limitações, avanços e a visão dos moradores que receberam a presença deste tipo de policiamento, e por meio da avaliação constatou-se o exercício dos direitos fundamentais, funcionamento de maneira transparente para a comunidade.

Esta parceria tem por finalidade de conscientizar a população acerca da responsabilidade social de cada indivíduo e ainda do comprometimento de ambas as partes na solução de problemas e na busca da melhoria da qualidade da comunidade. Para chegar nesta etapa, entretanto, é preciso que a polícia se aproxime do cidadão e inicie a construção de uma relação de cumplicidade, que foi negligenciada por muito tempo. (SOARES JÚNIOR, 2011)

Em um estudo realizado no Estado de Minas Gerais sobre a relação entre comunidade e policiamento comunitário, foi perguntado ao entrevistado sobre as competências necessárias para um policial comunitário e o mesmo citou: deve promover a participação social e as relações com a sociedade, com essas características desenvolvidas, o policial poderá potencializar o seu trabalho. (WAISELFISZ, 2016)

Conforme Fernandes (2007, p. 17), a polícia pode atuar em parceria com a sociedade resolvendo, por exemplo, os conflitos existem em virtude de interesses opostos entre indivíduos da comunidade, por meio de mediação. É uma forma de demonstrar o interesse da corporação na convivência pacífica entre os cidadãos, assim, o tratamento dado a cada indivíduo da comunidade deve ser de igualdade, sem distinção de raça, cor, credo ou religião.

O uso excessivo da força policial tem dificultado a melhoria da relação entre o instituto e a sociedade, isso é um fenômeno mundial. De acordo com Silva, Veloso e Barbosa (2014, p. 34), nos Estados Unidos da América, as forças policiais apresentaram casos em que se utilizou de força para atuar em comunidades. Essa ineficácia das ações públicas tem gerado certa incerteza quanto à criminalidade no Brasil, um problema a ser superado, pois se percebe grande esforço por parte da polícia militar em eliminar essa faceta de dentro das corporações.

A proteção, valorização e integração de pessoas com necessidades específicas são objetos de atenção especial da Polícia Comunitária. Estando os jovens, idosos, portadores de necessidades especiais, minorias e pobres mais vulneráveis à ação do crime, passam a ser foco de iniciativas integradas com a comunidade com vistas a protegê-las, seja na condição de vítimas, seja na condição de vulnerabilidade ao aliciamento. (OLIVEIRA JUNIOR, 2011)

A próxima pergunta da entrevista questionou se os moradores notaram alguma diferença na área em que moram/convivem após a atuação do policiamento comunitário. Segue as respostas dos três moradores:

O Morador 1 relatou o seguinte:

“Uma diferença muito grande, porque aqui antigamente a gente... o índice de assalto era diário, todos os dias tínhamos assaltos, no horário de dez ao meio dia, de quatro às seis horas da tarde, agora sim, para que a gente melhore ainda essa parceria com a polícia, se acontecer de ter assalto, a gente também tem que ir lá fazer a denúncia e fazer um boletim de ocorrência porque não adianta a polícia está presente e o cidadão ser assaltado e ser mais um assalto, a sociedade, a comunidade também tem que ajudar a polícia nesse lado”. (MORADOR 1)

Já a Moradora 2 relatou casos ocorridos em frente à sua casa:

“Com certeza melhorou, às vezes tinha sempre assalto aqui mesmo na porta já foram assaltados duas vezes, minha irmã e minha vizinha, aí depois disso melhorou muito, eles passaram a fazer o patrulhamento aqui”. (MORADOR 2)

O Morador 3 foi conciso em sua resposta:

“Sim, claro. Com certeza”. (MORADOR 3)

De fato, a polícia comunitária, a partir da descentralização do policiamento assumiu uma responsabilidade de realizar um policiamento efetivo. Quando a polícia ao realizar seu serviço, está interagindo com o cidadão de bem, como ocorre nas demais formas de prestação de serviço público, possibilita que a população proponha soluções, contribua com informações, cobre resultados, estabelecendo uma relação que permite o exercício da instituição pública. (SECURIDAD, 2017)

Em pesquisa realizada na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, a população apontou a diminuição de ocorrências no número de assaltos no bairro. Mesmo sem um dado concreto, por meio de relatos, percebeu-se que não se ouvia mais falar de crimes de roubo ou furto, fatos que deixaram de ocorrer após a instalação da polícia comunitária. (WEBA, 2017)

De acordo com Oliveira Junior (2011, p. 26), os benefícios gerados com a implantação de policiamento comunitário não são somente para a comunidade, mas para a própria polícia. Destaca-se pontos positivos para a comunidade como a redução do sentimento de insegurança, da criminalidade, aumento do respeito e confiança, poder de se comunicar e interagir com a polícia, sem protocolos ou algum tipo de burocracia, indicar quais são as reais necessidades da comunidade à polícia, discussão de soluções de problemas de acordo com as prioridades da população, maior atenção da autoridade policial para com o público.

A polícia passa a desempenhar atividades ligadas ao cuidado pessoal com o morador, como dar proteção e ajudar pessoas incapazes e desorientadas, mediar à conciliação entre vizinhos que estão brigando e evitar que essas brigas tenham consequências mais graves, favorecer a atuação de outros prestadores de serviços públicos, ajudar na condução de pessoas com necessidades pessoais para um hospital, entre outras contribuições para a comunidade. (WEISELFISZ, 2015)

Para a polícia, as vantagens estão na nova visão que a comunidade passa a ter do policiamento e dos policiais, bem como o encorajamento de esforços para recrutar cidadãos para o trabalho policial. Ao ver o reconhecimento dos resultados positivos, a polícia se sentirá mais motivada em sua atuação, pois percebe a ampliação do apoio popular e da confiança da comunidade, o que eleva a moral da polícia. Percebe-se que um aspecto contribui para evidenciar outro positivamente. (SILVA, 2015)

Para finalizar a entrevista com os moradores, foi perguntando qual era a avaliação dos resultados com relação à criminalidade após a instalação da base de polícia comunitária. Assim obtiveram-se as seguintes respostas:

O Morador 1 destaca melhor de 100% no combate à criminalidade,

“Aqui melhorou praticamente 100%, não pode dizer que nunca vai acontecer né, mas depois da implantação aqui melhorou quase 100%, porque hoje a gente não vê mais assalto aqui dentro, aqui dentro do bairro”. (MORADOR 1)

A Moradora 2 explicou como vê a situação de criminalidade na região em que reside:

“Em geral a gente tá vendo como está a criminalidade, mas só que aqui no bairro nós temos uma grande vantagem, aqui nós não temos facções, aqui a gente não tem conhecimento de marginais, certo, no nosso bairro, aqui é tudo tranquilo, na COHEB”. (MORADORA 2)

O morador 3 se mostrou com boa expectativa quanto sua avaliação:

“É verdade de quando não havia esse policiamento comunitário, a situação da criminalidade, pequenos assaltos, vamos dizer assim, assaltos, furtos, entrada em residências, essas coisas, sendo que assaltado eram mais presentes e diminui bastante, diminui mesmo e principalmente depois que colocaram uma viatura de prontidão, vem ou outra, tem uma viatura na avenida, na parada de ônibus próximo aqui da rua, sempre tem policiamento por lá, pois era um trecho muito arriscado, por conta da ausência de polícia naquelas ruas próximo a subida, então os meliantes aproveitavam para fazer assaltos principalmente nos horários que tinha pouco movimento de pessoas, bem cedo ou horário de meio dia, então depois que as viaturas passaram a monitorar esses pontos ai diminuiu e muito, quando a gente olha a viatura, dá uma segurança para a gente transitar pelo Bairro”. (MORADOR 3)

Ainda nessa mesma perspectiva, foi possível verificar que o modelo de polícia comunitária tem sido bastante eficaz, principalmente por trabalhar a ideia de prevenção, assim existem uma antecipação diante ao ato criminoso, tornando muito mais difícil a efetuação de um crime, mesmo ainda sendo problemas preocupantes para a sociedade. Este modelo também gera redução nos gastos públicos, pois apresentam resultados concretos à sociedade e ao Estado, proporcionando sensação de maior segurança. (FERNANDES, 2007)

6.4 Indicadores quantitativos a partir da intervenção

Para melhor compreensão dos dados, estes foram dispostos em quadros e gráficos. Importante ressaltar que tais informações são referentes ao polo Coroadinho que engloba os bairros Parque Timbiras, COHEB, Sacavém, Coroadinho e Alto São Sebastião, em sua totalidade. O quadro 6 é referente aos dados da atuação da 2ª USC no bairro COHEB no período de 2016-2017.

Nota-se por meio do quadro 2 que na região assistida teve um aumento significativo quando se compara os anos de 2016 e 2017, chegando a 21% dos indicadores nesse aspecto.

Quadro 2: Indicativos de Homicídios

Mês	2016	2017
Janeiro	2	3
Fevereiro	2	0
Março	8	3
Abril	2	3
Maio	1	1
Junho	0	5
Julho	3	3
Agosto	2	2
Setembro	2	2
Outubro	2	5
Novembro	3	8
Dezembro	2	0
Total	29	35
Percentual: 21%		

Fonte: MARANHÃO (2017)

Homicídio trata-se da morte de um homem provocada por outro homem, assim, elimina-se a vida de uma pessoa por outra. Segundo Amoris (2012, p. 92), a vida é um direito, sendo o primeiro dos bens, portanto, "o homicídio tem em si a característica de ser o crime mais grave, pois atenta contra a maior fonte de ordem e segurança, sabendo que todos os instituídos se firmam sobre o respeito à existência dos indivíduos".

O homicídio é um crime comum e pode ser cometido por qualquer pessoa, não sendo exigido requisito especial para sua configuração, não reclamando pluralidade de seus agentes. No entanto, trata-se de crime hediondo de acordo com a Lei nº lei 8930/94, quando praticado por meio de grupo de extermínio. (LIMA, et al., 2015)

O quadro 3 trata sobre apreensão de arma de fogo. Um estudo sobre violência no Brasil, afirma que existe o crescimento e evolução da letalidade da arma de fogo. (WASELFSZ, 2016)

Quadro 3: Indicativos de Apreensão de Arma de Fogo

Mês	2016	2017
Janeiro	2	3
Fevereiro	3	1
Março	5	6
Abril	1	3
Mai	1	0
Junho	5	2
Julho	6	4
Agosto	1	2
Setembro	1	2
Outubro	0	2
Novembro	4	1
Dezembro	0	0
Total	29	26
Percentual: -10%		

Fonte: MARANHÃO (2017)

Os números relacionados à violência urbana, principalmente os crimes praticados com arma de fogo é crescente no Brasil. Segundo a Pesquisa Global de Mortalidade por Armas de Fogo de 2016, o país apresentou o número de 43.200 mortes. A indústria de armamento e munição tem grande predominância, porém, foi criado em 2003 o Estatuto do Desarmamento, que revogou a lei nº 9.437/1997, que alterou a situação do porte de arma de fogo, porém, o comércio ilegal de armas de fogo tem contribuído para o crescimento desses índices no Brasil. O crescimento da criminalidade e da violência urbana foram os principais fatores que influenciaram a mudança legislativa que revogou os dispositivos supramencionados da lei, fazendo com que as condutas de porte, posse e disparo de arma de fogo deixassem de ser tratado como contravenção penal e vindo a ser tipificado como crime. (IPEA, 2017)

Não existem registros confiáveis sobre o número de armas de fogo em mãos privadas no país, à exceção de uma estimativa de 15,2 milhões de armas (apresentada no Mapa da Violência no Brasil 2013: mortes matadas por armas de

fogo), mas sem qualquer indicação da distribuição regional. No entanto, é possível ter uma dimensão do problema no Maranhão a partir da tipologia das mortes por agressões.

A partir do quadro 4, nota-se que houve uma queda nos índices sobre o Tráfico de entorpecentes, apontando -7%, com diminuição quando comparado os anos de 2016 e 2017.

Quadro 4: Indicativos de Tráfico de Entorpecentes

Mês	2016	2017
Janeiro	2	4
Fevereiro	3	4
Março	4	4
Abril	5	4
Mai	2	3
Junho	8	3
Julho	3	5
Agosto	4	5
Setembro	1	5
Outubro	5	5
Novembro	4	5
Dezembro	6	0
Total	47	44
Percentual: - 7%		

Fonte: MARANHÃO (2017)

Conforme estudos de Britto (2017, p. 87), a criminalidade tem se estruturado de forma organizada, com sistema hierárquico, se utilizar de meios como a própria tecnologia para compor sua atuação. O Tráfico de entorpecentes constitui um “negócio” rentável que manipula as diversas facetas do crime.

Nas comunidades, o tráfico atua com produtos mais lucrativos e uma cadeia produtiva, utiliza-se uma série de outros crimes como base para garantir o funcionamento desse sistema. Ressalta-se que danos que essa criminalidade causa à comunidade e ao Estado são incalculáveis, pois os criminosos têm a capacidade de desestruturar a ordem pública, corromper alguns membros da sociedade, fomentando a impunidade.

Quadro 5: Indicativos de Veículos Roubados Localizados/Recuperados

Mês	2016	2017
Janeiro	4	6
Fevereiro	3	3
Março	2	0
Abril	1	0
Mai	5	4
Junho	1	5
Julho	1	2
Agosto	2	4
Setembro	2	2
Outubro	7	2
Novembro	2	13
Dezembro	4	0
Total	34	41
Percentual: 21%		

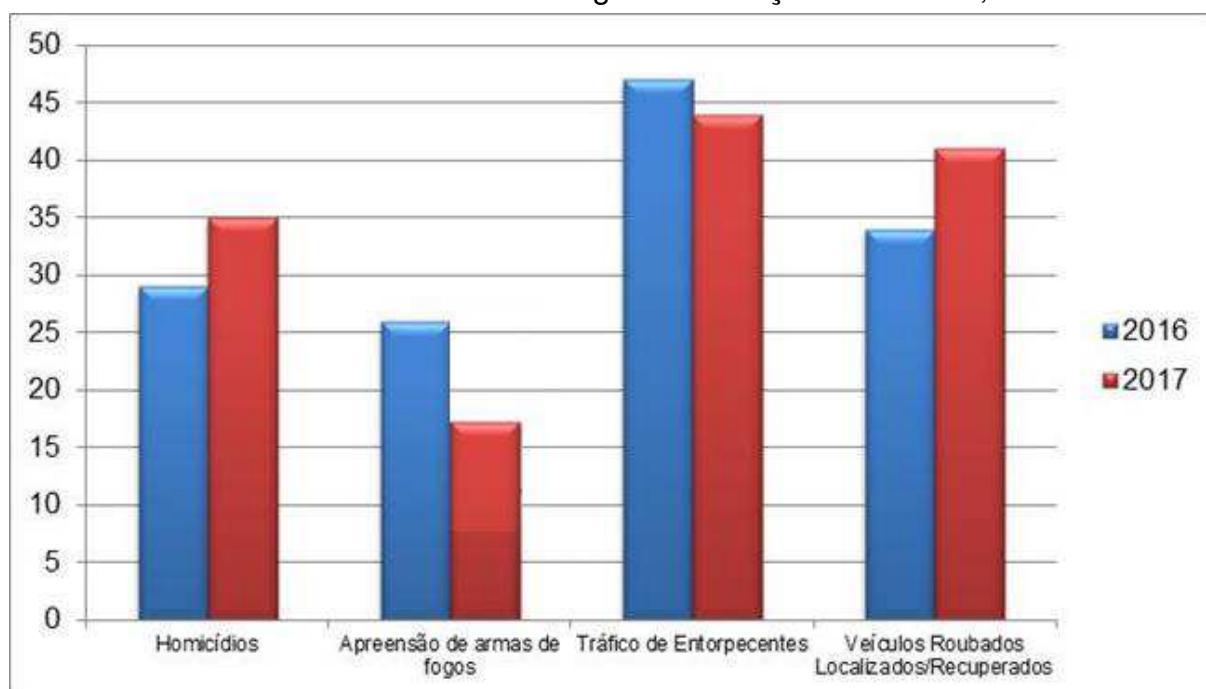
Fonte: MARANHÃO (2017)

O quadro acima demonstra a evolução sobre veículos roubados e que foram localizados e recuperados pelo policiamento comunitário que atua na região nos períodos de 2016 e 2017.

A rápida expansão proporciona maior quantidade de veículos em circulação, como automóveis e que são visados por criminosos. Juntamente com o aumento de carros em circulação, os roubos e furtos também estão em alta no Brasil, com uma média de roubo ou furto em 2016 de 557 mil automóveis, de acordo como dados da pesquisa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Este crescimento que significa 8% com relação ao ano de 2015, em que 41% dos crimes são nas capitais. Em São Luís, 577 veículos foram roubados ou furtados em 2016.

O roubo e o furto de veículos são incentivados por um comércio irregular e que apresenta preferências por determinados carros, percebe-se isso quando analisados o perfil dos dez carros mais roubados ou frutados no Brasil, indicado que o ladrão acompanha esse aspecto, está focado em marcas, peças e carros mais vendidos no país, se tornando um negócio lucrativo. (BAYLEY; SKOLNICK, 2006)

A seguir tem-se o Gráfico 1, que apresenta o contexto geral sobre os principais crimes que assolam a região de cobertura da 2ª Unidade de Segurança Comunitária:

Gráfico 1: Índices de criminalidade na região de atuação da 2ª USC, São Luís – MA

Fonte: MARANHÃO (2017)

Nota-se que em comparação ao ano de 2016, o ano de 2017 apresentou um pequeno aumento na taxa geral de homicídios. Quando aos veículos roubados localizados/recuperados, o gráfico demonstra saldo positivo em 2017. Os casos de apreensão de armas de fogo se mantiveram equilibrados e o tráfico de entorpecentes no ano de 2017 apresentou queda significativa. Esses dados são de toda a região amparada pela 2ª USC.

No Bairro da COHEB, todos os índices apresentados estão em uma média baixa de atuação da criminalidade, chegando a ser quase nula a atuação de criminosos no bairro. O trabalho da Polícia Comunitária continua, de forma progressiva e o Bairro da COHEB tem se destacado pela diminuição da criminalidade.

Neste contexto, o conceito de polícia comunitária se orienta por meio dos resultados, inicialmente quando identifica os problemas críticos e em sequência parte para a formulação de políticas que se adequem a essas necessidades. Sempre trabalhando com a criação de novos mecanismos que melhorem a cooperação da comunidade, na busca por resultados cada vez mais satisfatórios, com uma mudança gradativa que impulsiona a ampliação das condições para sua eficácia.

A comunidade objeto desse estudo tem apresentado índices positivos quanto à atuação da 2ª USC. O bairro da COHEB, como visto nas respostas dos entrevistados nesta pesquisa, tem encontrado o caminho para a manutenção da ordem, por meio do policiamento comunitário. O quadro 6 aponta dados sobre a violência no período de 2016 e 2017:

Quadro 6: Indicativos da criminalidade no bairro da COHEB

COHEB	2016	2017	TOTAL
FURTO	21	19	40
CRIMES VIOLENTOS LETAIS E INTENCIONAIS	0	1	1

Fonte: SIGO/SSP (2017)

Percebe-se que em sua totalidade, os números apresentados demonstram que a atuação da 2ª USC tem sido eficaz no sentido de manter os números da criminalidade em uma faixa estável. Para os CVLI, os dados apontam somente 1 (uma) ocorrência no período estudado. Com relação aos furtos, crime este que tem preocupado os moradores, tem uma relevância quanto ao sentimento de insegurança sentido na comunidade, pois causa prejuízo material, crime este que tem crescido em todo o país.

A atuação da polícia comunitária no bairro da COHEB foi bem recebida pela comunidade, no entanto, trata-se de um modelo de policiamento recente, que tem buscado por aperfeiçoamento constante, apesar dos obstáculos, o trabalho continua, confirmando a concepção e perspectiva de participação social de forma livre e autônoma.

Quadro 7: Comparativo entre os anos de 2014 e 2016

COHEB	2014	2016
TRÁFICO DE DROGAS	2	1
FURTO	24	21
ROUBO	31	29
CRIMES VIOLENTOS LETAIS E INTENCIONAIS	1	0

Fonte: SIGO/SSP (2017)

O quadro 7 apresenta dados do ano de 2014, em que a criminalidade no bairro demonstra índices no que se refere ao tráfico de drogas, furtos, roubos, e

crimes violentos letais e intencionais. O policiamento comunitário teve sua implementação no ano de 2016 na COHEB, e quando analisados, os dados deste ano já apresentam queda, principalmente nos crimes violentos letais e intencionais, que foram zerados, esse percentual entre 2014 e 2016 superou a meta esperada. (MARANHÃO, 2017)

Os resultados positivos são consequência do primeiro ano de atuação efetiva do policiamento comunitário no bairro da COHEB, que em pouco tempo conseguiu a redução da criminalidade, evidenciando a importância do policiamento comunitário e sua estratégia diferenciada ao combater o crime nas comunidades. A prevenção continua sendo o pilar deste trabalho, onde a comunidade pode interagir diretamente com a polícia e sentir a mudança no quadro da segurança na comunidade em que moram.

7 CONCLUSÃO

A partir dos objetivos estabelecidos, foi possível o estudo sobre a temática do policiamento comunitário e sua atuação na 2ª USC no Bairro COHEB em São Luís nos anos de 2016 e 2017. Para tanto foi necessário à compreensão histórica e o papel da polícia militar com instituição estatal que trabalha para a defesa e manutenção da Ordem Pública, na garantia dos direitos fundamentais estabelecidos pela Constituição Federal do Brasil.

A polícia brasileira foi formada por fatores que geraram uma cultura de trabalho repressivo, sendo parte de um modelo já existente, mas que passam por alterações ao longo do tempo, dando-se de maneira incremental, tendo sua forma originária de fazer segurança. Tal evolução leva não a uma discussão do modelo utilizado, mas a importância de a Segurança Pública acompanhar as mudanças da vida em sociedade e dos obstáculos encontrados pelas polícias, que tem se deparado com ocorrências que não são policiais, mas que precisam de resolução, e a sociedade acreditam na polícia para este papel.

Neste contexto, surge a Polícia Comunitária com uma nova filosofia de atuação onde a proatividade e a participação da comunidade são as chaves para este trabalho. Essa modalidade tem sido utilizada em outros países e no Brasil se apresenta como uma experiência em que os profissionais de segurança têm a possibilidade de se aproximar da comunidade onde atua, como qualquer outro profissional.

A implantação da 2ª USC Bom Jesus / Coroadinho buscou promover uma transição da polícia tradicional para a polícia comunitária através de ações e objetivos que sugerem a participação da comunidade sobre concepção e interação com o policiamento, demonstrando valores democráticos quando instrumentaliza a população para um tipo de vigilância social.

Por meio de entrevista, foram coletados dados que levaram as seguintes conclusões deste trabalho: A comunidade da COHEB tem reconhecido a redução da criminalidade e enaltecido a presença do policiamento comunitário naquela região. Os moradores entrevistados concordaram que a partir de sua implantação, a região se tornou mais segura, pontos que antes eram utilizados para ações criminosas hoje podem ser transitados pelos moradores. A ronda policial é um fator de destaque, pois se tornou constante, algo que satisfaz as necessidades da comunidade.

Outro ponto destacado pelos moradores foi à aproximação com os policiais, interação corpo-a-corpo, o conhecimento do policial pelo nome próprio, o poder conversar com eles, o desburocratiza todos os procedimentos de atendimento da polícia à comunidade. Os moradores relataram que a união entre comunidade e polícia vai desde comunicação via rede social, até a contribuição com monitoramento de câmeras, cujos vídeos são cedidos à polícia quando necessário.

Ao entrevistar os agentes de Segurança Pública, notou-se que os mesmos têm uma perspectiva operacional integrada, acreditam que o foco não apenas de reação ao crime já praticado, mas sim na busca de soluções preventivas. Há concordância sobre o reconhecimento da comunidade com relação à presença da polícia comunitária, que reconhecem o esforço para buscar soluções preventivas para os problemas da localidade.

Os policiais militares, Soldado, Major e Coronel da PMMA compreendem a mudança expressiva na comunidade com relação à diminuição dos crimes e manutenção da ordem pública nos anos de 2016 e 2017. Os dados analisados expressam que, apesar de casos de crimes, como homicídios, não haver grande diminuição, a atuação da polícia comunitária conseguiu manter os índices quando comparados os anos analisados neste trabalho.

O término desse estudo percebeu-se que por ser uma filosofia inovadora, a implantação e os resultados do policiamento comunitário demandam um maior período de tempo para serem mais bem avaliados. Ainda existem muitos obstáculos a serem vencidos por esse sistema de policiamento, como visto neste estudo, a população ainda demonstra desconfiança, a criminalidade tem buscado também por estratégias diferenciadas para realizar seus delitos, as questões sociais que influenciam os crimes, entre outros. Porém, tais aspectos não tornam incansável a busca por combater a criminalidade na região aqui estudada.

Portanto, a Polícia Comunitária (filosofia) e o Policiamento Comunitário (atuação na prática) têm se mostrando eficientes no combate à criminalidade nas comunidades em que atuam. Mesmo com novas técnicas e tecnologias utilizadas para sua atuação, acredita-se que a participação da comunidade produza resultados mais satisfatórios, tornando-se mais eficiente quando existe o apoio e a participação da sociedade. Os objetivos norteadores do trabalho foram alcançados de forma a concluir que esta temática ainda necessita de mais estudos, pois não está esgotado a possibilidade de mais pesquisas na área de Segurança Pública.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Sistema Penal Máximo x Cidadania Mínima: códigos da violência na era a globalização**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.
- BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Tradução Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.
- BAYLEY, David H.; SKOLNICK, Jerome H. **Policiamento comunitário: questões e práticas através do mundo**. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- BRASIL. **Curso Nacional de Multiplicador de Polícia Comunitária**. Secretaria de Segurança Pública. 5 Ed. Brasília: Ministério da Justiça, 2012.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado 1988.
- BRITTO, Cristiano Quirino de. **Violência e homicídios relacionados ao tráfico de drogas**. em Uberlândia – MG. 236 f. : il. 2017.
- CABETTE, Eduardo Luiz Santos. A desordem e a teoria das janelas quebradas. Artigo. **Jus Brasil**. 2011. Disponível em: <<https://eduardocabette.jusbrasil.com.br/artigos/121937294/a-desordem-e-a-teoria-das-janelas-quebradas>>. Acesso em: 16 nov. 2018.
- CARVALHO, Rodrigo de Mattos; MISSE, Daniel Ganem. **Policiamento Comunitário no Rio de Janeiro**. 2012.
- CARVALHO, Karla de Oliveira. **A implantação do modelo de polícia comunitária no Brasil: um estudo de caso na comunidade da Grande Forquilha, no município de São José/SC**. UNIVALI. São José (SC), novembro de 2004.
- COSTA, Wagner Cabral da. Pedrinhas \$.A.: a violência do negócio e o negócio da violência. **Revista Catirina**, Sociedade Maranhense de Direitos Humanos, 2014.
- FARIAS JÚNIOR, João. **Criminologia preventcionista visando a Segurança Pública e a paz social**. 2008. Disponível em: <<http://www.criminopreventionismo.com.br/>>. Acesso em: 21 Abr. 2008.
- FERNANDES. Heloísa Rodrigues. **Política e Seguranças: a força pública do Estado de São Paulo - fundamentos histórico-sociais**. Editora Alfa - Omega. São Paulo, 2007.
- DANIELI, Gabriel da Silva. **A prevenção social à violência e à criminalidade**. X Salão de Iniciação Científica – PUCRS, 2009.
- FRANZENER, Thiago Barrionuevo. **A eficiência do estatuto do desarmamento na redução da criminalidade**. Universidade Tuiuti do Paraná. Curitiba, 2017.

FREIRE, Leonardo. **Polícia Militar e Comunidade: Uma parceria eficaz no enfrentamento à criminalidade no Estado da Bahia.** 2017. Disponível em: <<https://leonardofreirejus.jusbrasil.com.br/artigos/492848904/policia-militar-e-comunidade-uma-parceria-eficaz-no-enfrentamento-a-criminalidade-no-estado-da-bahia>>. Acesso em: 01 out. 2018.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008

GONÇALVES, Luiz Alcione. Uma abordagem histórica sobre o crescimento do crime organizado no Brasil. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XV, n. 101, jun. 2012. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11810>. Acesso 10 out. 2018.

IMIRANTE. **Atuação das Unidades de Segurança Comunitária garante segurança em aproximadamente 40 bairros de São Luís.** 2017. Disponível em: <<http://www.ma.gov.br/agenciadenoticias/seguranca/atuacao-das-unidades-de-seguranca-comunitaria-garante-seguranca-em-aproximadamente-40-bairros-de-sao-luis>>. Acesso em: 10 out. 2018.

IPEA. **Atlas da Violência.** Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Rio de Janeiro, 2017.

LANGWINSKI, Adriano. **A valorização do profissional na polícia militar do paraná como diferencial nas atividades de Segurança Pública.** UDC – Foz do Iguaçu-PR, 2011.

LIMA, Renato Sérgio de; SINHORETTO, Jacqueline; BUENO, Samira. A gestão da vida e da Segurança Pública no Brasil. **Sociedade e Estado**, v. 30, n. 1, p. 123-144, 2015.

KOPITTKE, Alberto L. **Reforma da Segurança Pública: superar o autoritarismo para vencer a violência.** In: série o Direito Achado na Rua, Brasília, vol. 7, p. 410-415, UnB; Ministério da Justiça, 2015.

KUJAWA, Israel. **Políticas Públicas de Justiça e de Segurança: limites e possibilidades de emancipação dos sujeitos envolvidos nas ações do Pronasci em Passo Fundo-RS.** Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.

LOPES, Corinne Julie Ribeiro. BATELLA, Wagner. O papel da comunidade na redução da criminalidade e a experiência da rede de vizinhos protegidos. **Revista do Laboratório de Estudos da Violência da UNESP-Marília.** Ed. 6. n. 06 Dezembro/2010.

MARANHÃO. **Medida Provisória nº 173, de 16 de abril de 2014.** Altera os dispositivos da Lei nº 3.743, de 2 de dezembro de 1978, e da Lei nº 6.513, de 30 de novembro de 1995, e dá outras providências. 2014. Disponível em: <>. Acesso em: 30 set. 2018.

MARANHÃO. **Lei estadual nº 10.131**, de 30 de julho de 2014. Altera os dispositivos da Lei nº 3.743, de 2 de dezembro de 1978, e da Lei nº 6.513, de 30 de novembro de 1995, e dá outras providências. 2014. Disponível: <<http://www.stc.ma.gov.br/legisla-documento/?id=3703>>. Disponível em: 29 out. 2018.

MARANHÃO. CAOp-CEAp. **Relatório da Violência e da Criminalidade do 2º trimestre 2015**. Disponível em: <<https://www.mppa.mp.br/arquivos/CAOPCEAP/versãonova.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2018.

MARANHÃO. **Secretaria de Segurança Pública**. 2ª Unidade de Segurança Comunitária. Relatório Anual de Atividades - Exercício 2017. São Luís - MA, 2017.

MARANHÃO. **Secretaria de Segurança Pública**. 2ª Unidade de Segurança Comunitária. Relatório Anual de Atividades - Exercício 2016. São Luís - MA, 2016.

MARCINEIRO, Nazareno. **Polícia Comunitária: construindo segurança nas comunidades**. Florianópolis: Insular, 2009.

MESQUITA NETO, Paulo de. Policiamento Comunitário e Prevenção do Crime: a visão dos coronéis da Polícia Militar. **Revisão São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, n. 18, p. 100 – 123, 2004.

MIRANDA, Emanuelle Lopes. **Juventude e criminalidade [manuscrito] contribuições e apontamentos da teoria do controle social**. 2010.

MOREIRA, Halley Wallace. **Estudo de caso: uma comparação da influência do programa Fica Vivo e do Gepar na redução dos crimes de homicídio na 1ª RPM**. 2010. Monografia (Especialização em Gestão Estratégica de Segurança Pública) – Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2010.

MARICATO, Ermínia. É a questão urbana, estúpido! In: **Cidades rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil / Ermínia Maricato...** [et al.]. – 1. ed. – São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

MACHADO, Donavan Farias. Polícia Comunitária: Um Novo Paradigma de Polícia Ostensiva. **Revista do Departamento de Ciências Jurídicas e Sociais da Unijuí**. ano XXIII nº 42, jul.-dez. 2014.

NEVUSP. Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo. **Manual de Policiamento Comunitário: Polícia e Comunidade na Construção da Segurança** [recurso eletrônico] / Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV/USP). – Dados eletrônicos. - 2009. Brasileira de Segurança Pública. São Paulo Ano 5 Edição 9 Ago/Set 2011.

OLIVEIRA JÚNIOR, Almir de. “Dá para confiar nas polícias? Confiança e percepção social da polícia no Brasil”. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, 5 (9). 6-22. 2011.

OLIVEIRA, C. dos S. **Metodologia Científica, Planejamento e Técnicas de Pesquisa**. Ed. Universidade Ibirapuera. 2015.

PENTEADO FILHO, Nestor Sampaio. **Manual Esquemático de Criminologia**. São Paulo: Saraiva, 2010.

SANTOS DULTRA, Rogerio dos. A lógica do “inimigo interno” nas Forças Armadas e nas Polícias Militares e sua impermeabilidade aos direitos fundamentais: elementos para uma emenda à Constituição. In: **série o Direito Achado na Rua**, Brasília, vol.7, p. 406-409, UnB; Ministério da Justiça, 2015.

SAPORI, L. F. **Segurança Pública no Brasil: desafios e perspectivas**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

SECURIDAD. JUSTICIA Y PAZ. **Consejo Ciudadano para la Seguridad Pública y Justicia Penal A.C.** Metodología del ranking (2016) de las 50 ciudades más violentas del mundo. Ciudad de México, 2017.

SIGO. **Sistema Integrado de Gestão Operacional**. Secretaria de Segurança Pública do Maranhão. 2017.

SILVA, A. S. VELOSO, A.F.A.P. BARBOSA, W. P. **Polícia Militar e mediação de conflitos: um olhar sobre a Unidade de Segurança comunitária em São Luís-MA** In: Direitos Humanos e Políticas Públicas no Maranhão. RAMOS, Paulo Roberto Barbosa (org.). São Luís: EDUFM, 2014.

SILVA, Douglas Pereira da. **A falta de confiança da comunidade: o grande desafio à implantação da polícia comunitária nas polícias militares do Brasil**. Conteúdo Jurídico, Brasília-DF: 20 jan. 2015. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.52236&seo=>. Acesso em: 10 set. 2018.

SOARES JÚNIOR, José Mário Dias. **Exército na Segurança Pública: uma guerra contra o povo brasileiro!** – Curitiba: Juruá, 2010.

TEIXEIRA, Marcio Aleandro Correia. **A Polícia do Maranhão no começo no novo milênio: transitando entre poder, violência e luta por direitos**. Tese de Doutorado. PPGPP – UFMA. 2016.

TÖNNI, es Ferdinand. **Comunidade e sociedade**. In: Miranda, Orlando de. 1. ed. São Paulo: EdUSP. p. 231-352. 1995.

VIEIRA, Adécio Luís. **Segurança pública no Estado do Maranhão: violência urbana e rural**. p. 17-18. Rio de Janeiro: CAEPE/ESG, 2006.

WEBA, Karter Dimmy Durans. **Fortalecimento das Facções Criminosas na Ausência Estatal: análise da variação dos Crimes Violentos Letais Intencionais no momento de aumento da força das facções criminosas no município de São Luís de 2014 a 2016**. Monografia. São Luís, 2017.

WEISELFISZ, Júlio Jacobo. **Mapa da violência 2015: mortes matadas por armas de fogo**. Livro online 2015. Disponível em:<<http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/mapaViolencia2015pdf>>. Acesso em: 20 out. 2018.

APÊNDICES

APÊNDICE A: ENTREVISTA COM MORADORES**ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO MARANHÃO
CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS**

Nome: _____
Idade: _____ Sexo: _____

1. Sexo () masculino () feminino

2. Idade: _____

3. Escolaridade

() Ensino Fundamental incompleto () Ensino Fundamental

() Ensino Médio completo () Ensino Médio incompleto

4. Profissão: _____

5. Tempo em que reside no bairro _____

6. Conhece a polícia comunitária?

() sim () não

7. Você reconhece a existência do policiamento comunitário atuando no Bairro?

8. Reconhece que existe aproximação dos policiais comunitários com os moradores?

9. Você notou alguma diferença na área em que mora/convive após a atuação do policiamento comunitário?

10. Como você avalia o resultados em relação a criminalidade após a instalação da base de polícia comunitária?

**APÊNDICE B: ENTREVISTA COM COMANDANTE E SOLDADOS QUE ATUAM
NA 2ª USC COROADINHO / BOM JEUS
ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO MARANHÃO
CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS**

1. Como funciona o policiamento comunitário no bairro da COHEB?

2. A comunidade reconhece a mudança da forma de realização do policiamento?

3. Quais foram os resultados do policiamento comunitário no período de 2016 e 2017?

4. O gestor do posto tem autonomia para agir, dar sugestões e aplicar a filosofia dentro da realidade de cada localidade? Existe descentralização de comando?

5. A estrutura existente nos USC atende a expectativa da comunidade?

6. O atendimento proativo tem sido se sobressaído ao atendimento reativo em esse tipo de policiamento?

**APÊNDICE C: COMANDANTE DO COMANDO DE POLICIAMENTO DE ÁREA
METROPOLITANA 2 – CPAM/2
ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO MARANHÃO
CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS**

1. Qual a importância do policiamento comunitário para o Bairro da COHEB?

2. Qual sua percepção sobre a aproximação dos policiais comunitários com os moradores?

4. Acredita que os moradores se sentem seguros com esse tipo de policiamento? Se sim, justifique sua resposta.

5. Como você avalia os resultados em relação à criminalidade após a instalação da base de polícia comunitária?
